



INSTITUTO DE HUMANIDADE E LETRAS
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS-LÍNGUA PORTUGUESA

JOSELINO GUIMARÃES

ASPECTOS LINGUÍSTICOS QUE PREJUDICAM A COESÃO E A
COERÊNCIA EM LÍNGUA PORTUGUESA DE ALUNOS GUINEENSES
NOS SEUS PRIMEIROS MOMENTOS NO BRASIL

REDENÇÃO-CE

2017

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA-UNILAB
INSTITUTO DE HUMANIDADE E LETRAS
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS LÍNGUA PORTUGUESA

JOSELINO GUIMARÃES

ASPECTOS LINGÜÍSTICOS QUE PREJUDICAM A COESÃO E A
COERÊNCIA NO PORTUGUÊS DOS ALUNOS GUINEENSES NOS SEUS
PRIMEIROS MOMENTOS NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Letras-Língua Portuguesa da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial para a aquisição do título de licenciado em Letras-Língua Portuguesa.

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Ramos Carioca.

REDENÇÃO – CE

2017

JOSELINO GUIMARÃES

**ASPECTOS LINGUISTICOS QUE PREJUDICAM A COESÃO E A
COERÊNCIA NO PORTUGUÊS DOS ALUNOS GUINEENSES NOS SEUS
PRIMEIROS MOMENTOS NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Letras-Língua Portuguesa da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial para a aquisição do título de licenciado em Letras-Língua Portuguesa.

Aprovado em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Cláudia Ramos Carioca (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Cássio Florêncio Rubio (Examinador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Profa. Dra. Camila Maria Marques Peixoto (Examinadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo pesquisar os aspectos linguísticos que prejudicam a coesão e a coerência dos alunos guineenses nos seus primeiros momentos no Brasil. Na concretização deste trabalho, procuramos trazer as seguintes apreciações para melhor perceber o fenômeno – a intercompreensão, o texto, a coesão e a coerência Antunes (2003, 2005), Carioca (2016), Ceberio (2011), Ferreira (2010), Garcia (2010), Leiria (1999), Namone (2014), Oliveira (2010), Roque (2012), conceitos de línguas, a escrita e estatutos de línguas, Peixoto e Soares (2014), Santos (1999), Tavares (2011), lembrando que a Guiné-Bissau é um país multilíngue e que sempre tem a superposição de línguas em relação às outras. E, sem se preterir a situação do ensino do país, em que o português não é falado pelos professores e alunos frequentemente nas salas de aulas, entretanto apenas nas cerimônias oficiais, igualmente tentamos trazer a precariedade da formação dos professores de língua portuguesa que tem abrolhado grande dificuldade no processo de aprendizagem dos alunos guineenses, visto que, maioria desses alunos, não tem português como sua língua materna, contudo a sua segunda língua e que estão a ser ensinados como a primeira língua. Para análise desses fenômenos, também aplicamos questionários aos vinte alunos guineenses, dez com mais de seis meses no Brasil e dez com menos de seis meses no Brasil, para responderem de forma escrita as questões ali postas, com desígnio de fazer uma conferência entre dois grupos de colegas, onde intuimos que os alunos com mais de seis meses no Brasil exibem um progresso no processo de intercompreensão, na coesão e na coerência, devido ao ambiente de imersão que têm vivido em consequência ao contato diário que têm com a língua.

ABSTRACT

The present work has as objective to investigate the linguistic aspects that undermine the cohesion and the coherence of the Guinean students in their first moments in Brazil. In this work, we try to bring the following assessments to better understand the phenomenon - intercomprehension, text, cohesion and coherence Antunes (2003, 2005), Carioca (2016), Ceberio (2011), Ferreira (2000), concepts of languages, writing and language statutes, Peixoto and Soares (2014), Santos (1999), Tavares (2011), Leiria (1999), Namone (2014), Oliveira), noting that Guinea-Bissau is a multilingual country and that it always has the overlapping of languages in relation to others. And, without overlooking the country's teaching situation, where Portuguese is not spoken by teachers and students often in classrooms, but only in official ceremonies, we also try to bring about the precariousness of the training of Portuguese-speaking teachers who have slashed great difficulty in the learning process of the Guinean students, since, most of these students, do not have Portuguese as their mother tongue, yet their second language and they are being taught him as the first language. For the analysis of these phenomena, we also applied questionnaires to the Guinean students, ten with more than six months in Brazil and ten with less than six months in Brazil, to answer in written form the questions put there, with the purpose of making a conference between two groups where we intuit that students with more than six months in Brazil show progress in the process of intercomprehension, cohesion and coherence, due to the immersion environment that they have lived as a consequence of their daily contact with the language.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	7
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU	9
2.1. Situação Geográfica Da Guiné-Bissau	9
2.2. Aspectos Sociolinguísticos Da Guiné-Bissau	9
2.3. Estatuto das línguas na Guiné-Bissau	10
2.4. Conceitos de língua materna, língua oficial e segunda língua.	14
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	21
3.1. Intercompreensão	21
3.2. Texto	25
3.3. Coesão e coerência	29
3.4. Coesão	30
3.5. Coerência	32
3.6. Escrita	34
4. OS ASPECTOS LINGUÍSTICOS QUE PREJUDICAM A COESÃO E A COERÊNCIA NO PORTUGUÊS DOS ALUNOS GUINEENSES NOS SEUS PRIMEIROS MOMENTOS NO BRASIL	38
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	51
APÊNDICE	54

1. INTRODUÇÃO

A grande dificuldade da maioria dos alunos guineenses nos seus primeiros momentos no Brasil tem criado grande preocupação, por isso o presente trabalho tem como objetivo pesquisar os aspectos linguísticos que prejudicam a coesão e a coerência dos alunos guineenses nos seus primeiros momentos no Brasil, levando em conta o plurilinguíssimo e a situação do ensino do país, em que o português não é falado pelos professores e alunos frequentemente nas salas de aulas, mas somente nas cerimônias oficiais.

Na concretização deste trabalho, apostamos em trazer as ulteriores apreciações para melhor entender o fenômeno – a intercompreensão, o texto, a coesão e a coerência, conceitos de línguas, a escrita e estatutos de línguas –, lembrando que a Guiné-Bissau é um país multilíngue e que sempre tem a superposição de línguas em relação às outras.

Para esta fundamentação, fomos compelidos a usar autores como Antunes (2003, 2005), Carioca (2016), Ceberio (2011), Ferreira (2010), Garcia (2010), Leiria (1999), Namone (2014), Oliveira (2010), Peixoto e Soares (2014), Roque (2012), Santos (1999), Tavares (2011), dentre muitos outros autores.

Também analisamos os dados adquiridos através de questionário escrito aplicado aos alunos da Unilab com mais de seis meses e menos de seis meses no Brasil, para poder fazer uma análise comparativa com intento de entender os fatos causadores das dificuldades da maioria desses alunos nos seus primeiros momentos no Brasil.

Ainda vale ressaltar que, para ter acesso aos alunos de menos de seis meses no Brasil, tivemos que participar numa das atividades realizada pela associação dos estudantes guineenses na unilab no Campus da Liberdade, ali conversamos com cada um dos nossos informantes e demos entregamo-los questionários, depois recolhemos de vota os questionários. Relativo aos estudantes com mais de seis meses no Brasil, a realidade era bem diferente com a dos com menos de seis meses no Brasil, esses como estão no final do semestre, era muito difícil para responderem questionários, tivemos que correr através de cada para poder responder o seu questionário.

) a intercompreensão é a aptidão que todo sujeito contém para aderir ao sentido de uma língua estrangeira não estudada ou estudada e nunca contatada aos níveis orais e /ou escritos, através da promoção de estratégias de descodificação baseadas no conhecimento que tem da sua própria língua (a língua materna).

Um processo simultâneo que ocorre entre duas pessoas com línguas distintas, é a maneira como se introduzir dentro de uma língua que não é a sua língua materna, tendo como cunho a sua língua materna para poder fazer uma promoção eficaz e eficiente dos significados da outra língua. Ainda, a intercompreensão é a experiência, competência, a habilidade e a capacidade de transpor limites ou barreiras de uma língua estrangeira para se aderir uma nova cultura. Ela permite o acesso à língua e a cultura ao mesmo tempo, que para certas previsões específicas é muito importante em termo de comunicação.

a intercompreensão é a aptidão que todo sujeito contém para aderir ao sentido de uma língua estrangeira não estudada ou estudada e nunca contatada aos níveis orais e /ou escritos, através da promoção de estratégias de descodificação baseadas no conhecimento que tem da sua própria língua (a língua materna).

Um processo simultâneo que ocorre entre duas pessoas com línguas distintas, é a maneira como se introduzir dentro de uma língua que não é a sua língua materna, tendo como cunho a sua língua materna para poder fazer uma promoção eficaz e eficiente dos significados da outra língua. Ainda, a intercompreensão é a experiência, competência, a habilidade e a capacidade de transpor limites ou barreiras de uma língua estrangeira para se aderir uma nova cultura. Ela permite o acesso à língua e a cultura ao mesmo tempo, que para certas previsões específicas é muito importante em termo de comunicação.

Além trouxemos o conceito texto que é um processo que depreca um cuidado enorme, porquanto é um casamento das palavras que vai calhar, acompanhando com as técnicas que vão se fluindo ao longo do andamento deste processo. Lembrando que um texto é uma aglomeração dos vocábulos bem coerentes, pois tem uma mira informativa a cumprir, isso impulsiona muito quem está redigindo e faz dele fletir em todo momento, procurando encunhar em muitas informações tidas, mas que devem ser selecionadas de acordo com o propósito que tem a cumprir, onde vai fazer a retoma de algumas coisas ditas para manter o seu fio, que deve permear todo o texto, pois tem uma tarefa, função, escopo a atingir, visto que, ele é um adjacente de ocorrências da sociedade.

Este texto em produção precisa-se ser coeso e coerente de modo que nenhuma parte fique solta da outra, entretanto atados uns aos outros, pois um texto é um conjunto de palavras bem organizadas, onde entra a manifestação linguística lógico-semântica, as ideias bem concatenadas.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU

2.1. Situação Geográfica Da Guiné-Bissau

A República da Guiné-Bissau é um país de continente africano que passou muitos anos como colônia portuguesa. Localiza-se na costa ocidental africana. Faz fronteira ao norte com Senegal, ao este e sudeste com a República da Guiné Conacri e ao sul e oeste é banhada pelo Oceano Atlântico. Além do território continental, tem ainda a parte insular que compõe os arquipélagos de Bijagós, formados por mais de 80 ilhas. A superfície total da Guiné-Bissau é de 36. 125 km² e é administrativamente dividida em 08 regiões e 37 setores, incluindo o setor autônomo de Bissau, a capital do país, onde concentra o maior número da população, segundo Namone (2014, p. 10).

2.2. Aspectos Sociolinguísticos Da Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau é um país linguisticamente rico, pois contém várias línguas distintas da origem africana e que convergem dentro do mesmo território sem problema nenhum. Estas línguas pertencem cada grupo étnico deste país e uma língua nacional, crioulo, que carrega nela a identidade nacional e a ligação do povo guineense e uma língua oficial, português, língua do colonizador trazido pelos portugueses para a Guiné-Bissau.

De acordo com Couto e Embalo (2010, p. 28, 30), no território da Guiné-Bissau, tem cerca de 20 diferentes línguas, muitas delas são da família diferente. Estas línguas convivem com o crioulo, língua veicular e de unidade nacional, e com o português, língua oficial, ambas resultantes da colonização portuguesa. As principais línguas étnicas são as seguintes, com percentagem aproximada do número de falantes: fula 16% balanta 14% mandinga 7% manjaco 5% papel 3% felupe 1% beafada 0,7%”.

Intumbo (2004, p. 2) afirma que há uma cerca 30 línguas na Guiné-Bissau.

No que tange a questão das línguas na Guiné-Bissau não há uma unanimidade entre pesquisadores sobre o número exato das línguas deste país, o que fez com que cada um apresente informação diferente da do outro, mas ainda assim trouxemo-nos alguns dados destes autores para fundamentar a nossa discussão.

Couto e Embaló (2010, p. 25) frisam que há um desconsenso quanto às percentagens dos grupos étnicos que compõem a Guiné-Bissau, porquanto os dados de 2002 demonstram o número de habitantes para cada língua: fula 20,4% (245.130 falantes); balanta 30,5% (367.000

falantes); mandinga 12,9% (154.200 falantes); manjaco 14,1% (170.230 falantes); papel 10,4% (125.550 falantes); felupe 1,8% (22.000 falantes); beafada 3,4% (41.420 falantes); bijagó 2,3% (27.575 falantes); mancanha 3,4% (40.855 falantes); nalu 0,6% (8.500 falantes).

Bicari (1990 apud SANTOS, 2015, p. 11) afirma que a Guiné-Bissau possui uma ampla diversidade étnica e cultural, de maneira que a sua população se distribui entre mais de vinte etnias e com suas línguas. Cada grupo étnico tem uma língua distinta da outra. Embora possuam elementos culturais essencialmente comuns, identificam-se distintamente ao se considerarem fatores como a língua.

2.3. Estatuto das línguas na Guiné-Bissau

Quando se fala de estatuto de línguas na Guiné-Bissau está se falando de sobreposição de uma língua sobre outras em situações de multilinguismo, sendo assim, fala-se da política linguística. Embora, a política linguística não seja o foco deste presente trabalho, contudo não se pode falar de estatuto de línguas num país sem se falar da política linguística, já que é ela que condiciona a superposição de línguas, ou seja, a categorização das línguas num ambiente multilíngue como o da Guiné-Bissau.

De acordo com Spolsky (2009 apud SOUSA; SOARES, 2014, p. 2):

Política linguística é feita de escolhas, seja escolhas relacionadas a qual língua utilizar considerando um contexto multilíngue, seja escolhas relacionadas a qual variedade ou variante utilizar considerando um contexto não multilíngue, podemos afirmar que a política linguística sempre esteve presente na história da humanidade.

Como podemos perceber em Spolsky (2016), a política linguística refere-se à escolha de uma língua a ser usada num ambiente bilíngue ou multilíngue, foi justamente o que aconteceu na Guiné-Bissau no período colonial quando o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) começou a escola nas zonas libertadas e como ele relaciona-se à questão da língua a ser usada no ensino.

A língua sendo um forte instrumento da identidade, debate-se como ela foi projetada pelo PAIGC no processo educativo.

Segundo o pesquisador guineense Namone (2014, p. 80), no período da luta armada:

Tanto as línguas étnicas como o kriol (crioulo) eram normalmente utilizadas nas reuniões entre comandantes e a população, com ou sem intérpretes. Isto dependia da situação linguística de quem usasse da palavra, levando também em consideração a língua da tabanca (aldeia) onde estivesse a decorrer a reunião. Mas quando o PAIGC

iniciou a educação nas zonas libertadas, decidiu adotar o crioulo como língua do ensino. Mais tarde, ainda no decorrer da luta, o partido voltou atrás, ou seja, abandonou esta decisão, alegando que o crioulo não dispunha de escrita normalizada, e que o país carecia de quadros especializados capazes de normalizar e fixar esta escrita.

Nassum (1994 apud NAMONE, 2014, p. 71) afirma que na experimentação de uso de crioulo no ensino, PAIGC veio entender que havia uma dificuldade ou embaraço no processo do ensino. Assim sendo, Cabral decidiu adotar português como língua do ensino. Cabral (1979 apud NAMONE, 2014, p. 71) argumentou que:

Devemos combater tudo quanto seja oportunismo, mesmo na cultura. Por exemplo, há camaradas que pensam que, para ensinar na nossa terra, é fundamental ensinar em crioulo já. Então, outros pensam que é melhor ensinar em fula, em mandinga, em balanta. Isso é muito agradável de ouvir, os balantas, se ouvirem isso, ficam muito contentes. Mas, agora não é possível. Como é que vamos escrever em balanta agora? Quem sabe a fonética do balanta? Ainda não se sabe, é preciso estudar primeiro mesmo em crioulo. Eu escrevo, por exemplo, n'ca na bai [não vou]. Um outro escreve n'ka na bai [também não vou]. Dá na mesma. Não podemos ensinar assim. Para ensinar uma língua escrita, é preciso ter uma maneira certa de a escrever, para que todos a escrevam da mesma maneira, senão é uma confusão do diabo. Mas muitos camaradas, com sentido oportunista, querem ir para frente com o crioulo. Nós vamos fazer isso, mas depois de estudarmos bem. Agora a nossa língua para escrever é o português. Por isso que tudo vale a pena falar-se aqui, tanto o português como o crioulo. Não somos mais filhos da nossa terra se falarmos crioulo, isso não é verdade. Melhor filho da nossa terra é aquele que cumpre as leis do partido, as ordens do partido para servir bem o nosso povo. [...] Ninguém deve ter complexo porque não sabe falar balanta, mandinga, pepel, fula ou mancanha. Se souber melhor, mas se não sabe, tem que fazer com que outros o entendam, mesmo que for com gestos (CABRAL, 1979, p.101-102, grifo nosso).

Ainda segundo Nassum (1994 apud NAMONE, 2014, p. 71), escolha de português como língua de ensino e, posteriormente tornou a Língua Oficial do país, deu-se, após o PAIGC chegar a esta conclusão, do que era melhor adotar português como língua de ensino, pois crioulo e as outras línguas étnicas na Guiné-Bissau faltavam qualidades para serem usadas no processo de construção de saber na altura.

Cabral (1979 apud NAMONE, 2014, p. 72) acrescenta que acredita que o fato de os portugueses terem nos deixado a sua língua, “é uma honra”. Portanto, essa “é a única coisa que podemos agradecer ao “tuga...depois de ter roubado tanto na nossa terra”.

Scantamburlo (2013 apud CÁ, 2015, p. 66) lembra que, na Guiné-Bissau, o crioulo é a língua nacional, e o português, é língua oficial, e as outras 25 línguas são línguas étnicas.

A posição dada ao português pelo nosso pai da nação Amílcar Lopes Cabral é uma posição favorável em relação às línguas existentes no país, pois é a língua oficial do país, língua que o homem guineense deve usar para construção do seu saber, língua do ensino e as outras

línguas não tiveram este privilégio que o português tem. Percebe que a questão de estatuto de línguas faladas na Guiné-Bissau foi desenhada por PAICG, partido libertador e estado na altura, onde o português foi eleito como língua oficial, crioula língua nacional e as outras línguas denominadas línguas étnicas. Segundo Couto e Embalo (2010, p. 28):

[...] a posição oficial em relação às línguas é claramente favorável ao português. O próprio líder revolucionário e pai da nação guineense, Amílcar Cabral, ainda nos tempos da luta pela independência deixou isso bem claro. ... o português é a língua oficial, de trabalho, o crioulo a língua nacional. As línguas nativas africanas são línguas de etnias, de nacionalidades.

Este lugar de grande privilégio linguístico que o português tem fez com que todos os documentos produzidos, ou seja, todos os gêneros textuais são produzidos em português, ele passou a fazer parte da cultura guineense, porque toda a história, acervo cultural da Guiné-Bissau é produzido em português, de acordo Couto e Embalo (2010, p. 48-49):

Os livros didáticos saem, naturalmente, todos em português e, frequentemente, são importados de Portugal. Os discursos oficiais são publicados sempre em português, mesmo quando proferidos em crioulo oralmente. A constituição do país está redigida em português. Em português é que se publicam os jornais *Nó Pintcha*, *Banobero*, *Correio de Bissau* etc. Os nomes de ruas, a nomenclatura da máquina administrativa, os ofícios, as circulares, as leis, os nomes de estabelecimentos comerciais, tudo está em português. Aí se inclui o hino nacional...Resumindo, toda a história do país, todo seu acervo cultural que se tem registrado está nessa língua. História do país, todo seu acervo cultural que se tem registrado está nessa língua. a. Nomes próprios em português, sobretudo nos centros urbanos são muito utilizados [...].

Contudo, ao português é dado um lugar de grande privilégio em relação ao crioulo, mas o seu frequente uso é muito pouco. Crioulo é uma língua que quase todos guineenses o usam nos seus quotidianos, porque ninguém o tem como uma língua estrangeira, mas como uma língua que pertence a todos os guineenses. Em todos os lugares públicos e até nas zonas mais distantes do país vai se encontrar uma pessoa que sabe comunicar em crioulo ou se entende crioulo, embora com muitas línguas étnicas, mas isso não impede a sua difusão, conforme constatamos em Couto e Embalo (2010, p. 50):

No seio do povo, o que se nota é largamente o uso do crioulo e das línguas étnicas, estas principalmente nas regiões rurais. Hoje em dia, com o crioulo podemos nos fazer entender em qualquer tabanca do interior. Enfim, praticamente todo guineense tem pelo menos um domínio passivo dele. Como é voz corrente na Guiné-Bissau, “o crioulo não é língua de ninguém” (de nenhuma etnia), portanto nenhuma delas vê nele uma língua estranha. A isso poderíamos inverter a formulação, dizendo que o crioulo é a única língua de todos os guineenses. Nas cidades, a língua que se ouve nas ruas é quase sempre o crioulo. Em casa também só se fala crioulo, com poucas exceções. Assim, nos bairros populares, onde se concentram falantes de uma mesma etnia, via de regra se fala a respectiva língua. Mas, havendo um vizinho de outra etnia, volta-se ao crioulo naturalmente. No pátio das escolas, no mercado, nos night clubs, nos

estádios de futebol (como o Estádio Nacional ou o “Lino Correia”, de Bissau) só se fala crioulo. Pelo fato de o português só ser aprendido na escola, ele é a língua da escrita e para se falar com estrangeiros. Assim, quando um guineense vê alguém de pele clara na rua, tem tendência a dirigir-se a ele em português.

Este uso frequente de crioulo, segundo Couto e Em (2010, p. 51), fez com que quase toda população guineense fala crioulo fluentemente em relação ao português, mesmo os estrangeiros que vão para a Guiné-Bissau, aprendem mais rápido o crioulo em poucos meses, contrariamente, ao português nunca pode chegar a dominar, mesmo com vários anos no país. É o caso, por exemplo, os comerciantes estrangeiros que estão no país, muitos até agora não têm domínio no português.

E ainda Santos (2010, p.28) vai dizer que, apesar de português ser a língua oficial da Guiné-Bissau, até hoje não é uma língua vernácula no país, o seu uso limitado ao meio formal, casos específicos, nos ambientes, hegemonicamente, formal. O processo sócio histórico que levou o português para o estatuto de língua oficial que justifica a sua presença na Guiné-Bissau.

Apesar de muita comunicação escrita em português; promulgação da lei para o uso obrigatório de português; cursos de língua portuguesa promovidos pelos diferentes centros, isto é, do Brasil e Portugal, há, entretanto, uma incoerência entre a iniciativa e a prática, porque nada surgiu efeito, de acordo com Fonseca (2012 apud SANTOS (2010, p. 21-22):

O português tinha de continuar a ser língua oficial pela necessidade sentida de se manter contatos com as outras ex-colônias portuguesas da África e com a lusofonia em geral. Atualmente, a oficialidade do idioma é reiterada mediante o decreto de lei nº 7/2007, de 12 de novembro de 2007, que determina a obrigatoriedade da utilização da língua portuguesa em todas as instituições públicas do país (FONSECA, 2012, p. 27). Mesmo assim, o que se encontra na prática não corresponde exatamente ao que está promulgado. Os centros culturais em Bissau (Centro Cultural Português e o Centro Cultural Brasil-Guiné-Bissau) fazem algumas promoções referentes à língua portuguesa, oferecendo alguns cursos de português para fins específicos ocasionalmente, além de possuírem pequenas bibliotecas acessíveis ao público.

No que tange ao uso da língua crioula e português na Guiné-Bissau, mostram-se dados que o crioulo é uma língua mais falada entre outras da Guiné-Bissau, é falado por uns 75% a 80% da população, enquanto a língua oficial é o português, conhecido por cerca de 13% da população. É “a língua da escola, dos meios de comunicação, da documentação oficial, do governo em atos oficiais e assim por diante”, segundo Couto e Embalo (2010, p. 30).

Augel (1997 apud SANTOS, 2010, p. 20) aponta que somente cerca de 9% dos guineenses declaravam-se falantes do idioma, incluindo os que o tinham como língua primeira (1%), segunda (3%) e terceira (5%). Hoje em dia, aproximadamente 13% da população é falante

do idioma, sendo necessariamente como língua segunda ou terceira. A maioria dos falantes de português, deste 13%, são portugueses que se encontram na Guiné-Bissau ou pelos poucos guineenses que foram escolarizados em Portugal ou Brasil.

Para Couto e Embalo (2010, p. 18), o português não é uma língua do quotidiano do guineense, contanto a língua oficial do país, contudo é uma língua de pouco uso, algo que podemos constatar na percentagem acima.

Esse número dos falantes de português, a maioria se centra na capital de Bissau, é considerado a elite do país, neste caso dá para perceber que português hoje não é uma língua de grande número dos falantes na Guiné-Bissau, conforme Couto e Embalo (2010, p. 27):

O português até hoje não é praticamente falado como língua vernácula na Guiné-Bissau. Ele só é adquirido como língua primeira, materna, por uma insignificante franja de filhos de guineenses que, tendo estudado em Portugal ou no Brasil, adotou-o como língua de comunicação familiar, ou por filhos de casais mistos de guineenses com falantes de português de outras nacionalidades. É também o caso de filhos de portugueses residentes na Guiné-Bissau ou, então, de filhos de outros estrangeiros que por um motivo ou outro falem português em casa.

2.4. Conceitos de língua materna, língua oficial e segunda língua.

A Guiné-Bissau é um país, predominantemente, marcado pelo ambiente de muitas línguas, isto é, com mais de 20 línguas de diferentes grupos étnicos, incluindo crioulo, língua que espelha a identidade nacional e mais uma língua com menor falante que foi eleita como a língua oficial do país. Esta situação de multilinguismo é assinalada pela hierarquização das línguas existentes no país. Peixoto e Soares (2014, p. 3) afirmam que:

O contexto de Guiné-Bissau é marcadamente plurilíngue, na medida em que convivem, dentro de um mesmo território, mais de 20 línguas autóctones, juntamente com o português, que chegou ao país trazido pelos colonizadores e que, atualmente, ocupa função de língua oficial no país. Este plurilíngüístico coletivo é marcado por uma hierarquização superior da língua portuguesa, que é falada pela minoria da população, em contraste com o estatuto que assumem as línguas autóctones e o crioulo, que são línguas de interação e que marcam a identidade étnica do falante.

Falando da hierarquização das línguas étnicas na Guiné-Bissau incluindo crioulo, língua nacional, e o português, língua trazida pelos colonizadores que foi escolhida como a língua oficial do país, língua do ensino, que está se criando grande problema no processo de aprendizagem dos seus alunos, nos induz debruçar nos conceitos de Língua Materna (LM), Língua Segunda (L2), Língua Oficial (LO) e Língua Nacional (LN).

Sendo assim, gostaríamos de trazer em primeira mão o conceito dessas línguas, usando alguns atores que atendem a nossa necessidade de pesquisa para fundamentar o nosso trabalho.

Imergimos e interagimos com o mundo da linguagem desde nossa nascença, na sociedade em que convivemos. Crescemos escutando as pessoas ao nosso redor a falarem conosco, fazendo uso por meio da fala, das palavras, isso vai gerando influências em nós. Língua materna (LM) é a língua inicial, ou seja, que criança aprende, geralmente corresponde ao um determinado grupo étnico-linguístico que a pessoa se identifica culturalmente.

Peixoto e Soares (2014, p. 3) argumentam que é relevante destacarmos que a Língua Materna não é, necessariamente, a língua falada pela mãe e nem a primeira língua que a criança teve contato, é, entretanto, a primeira língua aprendida em casa, através dos pais, além disso, pode ser a língua que se fala na comunidade ou na sociedade em que a criança está inserida ou rodeia a criança. Em muitos casos, a língua dos seus progenitores pode não ser a língua da comunidade, e ao aprender a língua da comunidade e a língua dos pais, a criança passa a ter mais de uma L1 e será bilíngue. Sendo assim, a criança pode adquirir uma língua que não é falada em casa, porém que é falada em sua comunidade, e as duas línguas passam a ser LM.

A LM é um componente complementar da constituição do conhecimento de mundo da pessoa, junto à capacidade linguística se adquirem os valores pessoais e sócios. A Língua primeira caracteriza, comumente, a procedência e é utilizada, no cotidiano da pessoa na maioria das vezes, pois com ela se desvenda seus sentimentos aos seus próximos e manifesta sua identidade.

Também, a Língua Materna pode ser entendida como a primeira língua que a criança começa a falar, pode ser a língua da mãe, do pai ou da comunidade onde a criança está inserida. É língua que contribui muito no processo da construção cognitiva da criança. De acordo com Spinassé (2006 apud PEIXOTO; SOARES, 2014, p. 3), a Língua Materna (LM) é:

Normalmente, entendida, como a primeira língua adquirida por um indivíduo. É a língua utilizada de forma espontânea e natural. É nomeada também de língua primeira (L1) uma vez que é a primeira língua de aprendizagem da criança e com a qual se estabelece os primeiros laços afetivos, sendo estes determinantes para desenvolvimento cognitivo e social do indivíduo. A aquisição da Primeira Língua, ou da LM, é parte integrante da formação do conhecimento de mundo do indivíduo, pois é por meio da língua e através dela que o ser humano constrói o mundo simbólico de significação do mundo. A LM caracteriza também o país de origem e é usada, na maioria das vezes, no dia a dia das pessoas e da comunidade.

Afirma ainda que há outros aspectos que podemos ter como um dos resquícios para determinar a L1 ou LM, podemos dizer ou utilizar assim os dois termos para uma criança, porque:

A língua da mãe, a língua do pai, a língua dos outros familiares, a língua da comunidade, a língua adquirida por primeiro, a língua com a qual se estabelece uma relação afetiva, a língua do dia-a-dia, a língua predominante na sociedade, a de melhor status para o indivíduo, a que ele melhor domina língua com a qual ele se sente mais a vontade [...]. Todos esses são aspectos decisivos para definir uma L1 como tal (SPINASSÉ, 2006 apud PEIXOTO; SOARES, 2014, p. 14).

Falando já de Língua Segunda L2, gostaríamos de dizer que, segundo Peixoto e Soares (2014), é o uso e a função social da língua na comunidade que definirá ou deliberará essa língua como LM ou L2, sendo possível, inclusive, uma mudança ocasional de status de L2 para LM.

A uma criança pode ter uma língua como a sua língua inicial, isto é, a língua materna, mas com passar de tempo essa língua pode se tornar a segunda língua da criança devido a uso frequente desta língua na sociedade a qual ela está inserida. Neste caso a função social da língua que determina e define a língua materna e língua segunda da criança, nenhuma pessoa tem esta competência de a mudar, entretanto a função social.

A L2 e LE são duas línguas não maternas, as autoras concluem que os processos de aprendizagem das duas línguas possuem uma semelhança, pois o sujeito já tem um alicerce linguístico formado por LM, não obstante há uma dessemelhança nos seus conceitos e nos seus papéis sociais, porquanto o conceito de L2 está atrelado ao poder da sociedade, algo que poderá torná-la uma LO. Peixoto e Soares (2014, p. 4) esclarecem que:

Em relação às distinções entre L2 e LE, Spinassé (2006) afirma que L2 e LE têm em comum o fato de serem línguas não maternas, isso significa que os processos de aquisição das línguas possuem semelhanças, na medida em que os indivíduos já possuem uma base estruturada de sua LM. Apesar dessa base comum, o conceito de L2 é distinto do conceito de LE, no que se refere ao papel social atribuído às línguas em uma determinada comunidade de fala. O conceito de L2, como já foi dito, tem relação com a importância e a função social da língua na comunidade. Normalmente, é uma língua de poder e de integração social, podendo ser LO, como é o caso do português em Guiné-Bissau, que é foco deste trabalho.

Falando do conceito de Língua Oficial (LO), é de salientar que é uma língua adotada por iniciativa de estado como língua de grande prestígio, que ocupa uma alta janela de uma sociedade que ela pertence, língua de política, ainda mais é:

A língua que um Estado adota como a língua de administração, legislação, justiça, comércio e educação. Este termo é normalmente usado em contextos plurilíngues para a identificação de uma ou várias línguas cuja utilização é considerada legítima nas

instituições oficiais, havendo a clara intervenção do estado nessa escolha da LO. Há casos, por exemplo, em que a LO não corresponde a nenhuma LM do país em questão, a exemplo de muitos países africanos, havendo a necessidade de se definir políticas linguísticas para a divulgação e reforço dessa língua escolhida, que nesse contexto pode ser um fator determinante de exclusão social (PEIXOTO; SOARES, 2014, p. 4).

Ainda no prisma dos conceitos de línguas, falaremos agora do conceito da Língua Nacional (LN). Peixoto e Soares (2014, p. 5) afirmam que a Língua Nacional reflete ou carrega de uma determinada herança étnico-cultural de um país, que reforça a unidade identitária de um território e de uma consciência nacional. Em outras expressões, a língua nacional é aquela que é partilhada por um grupo populacional que possui traços étnicos comuns, identidade um povo de um determinado território. Normalmente, a língua Nacional é a língua materna do indivíduo, aquela que ele aprendeu primeiro, enquanto a LO não é, necessariamente, a materna, como o caso de Guiné-Bissau, que a língua portuguesa é LO, mas não é LM de muitos guineenses.

A língua portuguesa com um estatuto bem elevado ainda na Guiné-Bissau é a língua segunda de maioria de povo guineense, porque não é a língua veicular no dia a dia de populações do país, o seu lugar limita apenas dentro das instituições administrativas do país.

Ultimando os conceitos em abordagem, para Peixoto e Soares (2014), de um modo geral, na Guiné-Bissau, a língua portuguesa tem grande privilégio, ou seja, tem o estatuto de LO, contudo, para o grande número das pessoas, não tem função no quotidiano ou no dia a dia, tomando um lugar de proeminência ou de alto relevo apenas nas instâncias relacionadas à administração e ensino.

Sem se mudar ainda para outros assuntos que fazem parte da nossa discussão neste trabalho de conclusão do curso, gostaríamos de retomar o conceito de Língua Segunda (L2) trazendo alguns pressupostos teóricos para poder ampliar a nossa discussão de conceitos das línguas que formaram o mosaico linguístico na Guiné-Bissau.

Sobre o conceito da língua segunda (L2), em consonância com Leiria (1999, p. 16), o termo é usado para qualificar o uso de uma língua que não é nativa dentro de fronteiras territoriais, entretanto que tem um *status* ou função reconhecida dentro desse país.

Bento (2013 apud LEIRIA, 2014, p. 13) assegura que a língua segunda é a língua de grande relevo, de alto prestígio, ela ocupa alto pirâmide social na comunidade dos aprendentes, pode ser reconhecida ou considerada como a língua oficial ou cooficial e ser detentora de um *status* definido, estando, em outras ocasiões, igualmente a língua de escolarização.

Ainda, Leiria (1999, p. 1) vai argumentando que a língua segunda (L2) é comumente uma das línguas oficiais do país. Essa língua é eminentemente respeitável ou importante para a vida política e econômica do país ou estado, é a língua da escola, ou seja, faz parte uma das línguas da escola, é uma língua cujas características diferem das outras línguas ou variedades nacionais ou regionais e essas características são percebidas e notáveis no falar ou discurso do falante não nativo.

De acordo com os documentos lidos e analisados de uma forma minuciosa e acurada, percebemos que, a segunda língua nada mais é do que aquela que é tida ou falada num país como uma língua oficial, ela toma lugar ou ocupa lugar da língua oficial, aquela que é assegurada pela legislação do país para ser uma língua oficial.

Souto (2014, p. 10) afirma que a segunda língua seria aquela que também é falada no país como oficial, como é o caso do guarani, no Paraguai, não obstante que não é muito usada na dimensão da sociedade mais formal, postergando-a em semelhança à língua espanhola.

O mesmo pode acontecer ou está a acontecer na Guiné-Bissau, onde muitas pessoas tendo crioulo como língua nacional que também consta no rol da nossa abordagem, como a língua materna (LM) e tendo o português como a segunda língua (L2) e a língua oficial (LO). Para Carvalho (2011), na Guiné-Bissau o crioulo pode ser a língua materna (LM) e o português ocupando o lugar, posição ou rótulo de L2.

No que tange à matéria da língua estrangeira (LE), conforme o dizer de Souto (2014), ela permaneceria como uma língua ou linguajar que é elegido para ocupar uma alta janela no ambiente sociopolítico, ou seja, não tem qualquer *status* sociopolítico num determinado local. Brumfit e Roberts (1983 apud CUNHA, 1996, p. 21) argumentam que o termo língua estrangeira é, exclusivamente, aplicado às línguas faladas fora dos confins ou fronteiras do país. A língua estrangeira é aquela que é aprendida apenas para fins de comunicação aos que vivem fora do ambiente de fala, da comunidade de fala e não é de frequente uso na comunicação coloquial dos membros daquela comunidade.

Ainda na afirmação de Leiria (2004), o aprendizado de uma língua estrangeira, a língua que não é da fronteira nacional, limita apenas, a saber, ler os textos literários ou científicos, comunicar suas necessidades com os habitantes de países que se visitar, sem que essa língua tenha um status oficial nos países onde é aprendida e não é imprescindível para integração e inclusão dos seres humanos.

Esta língua na realidade só sirva para facilitar o acesso ao mercado, interagir com pessoas das outras nacionalidades e na compreensão de alguns documentos que estão registrados nela, é uma língua estranha na comunicação de quem não a tem como a língua materna.

Para Carvalho (2011), a língua oficial (LO) é aquela que é utilizada nas instituições do Estado. É a língua oficial que merece ser ensinada em uma educação igual a todos e que os seus falantes devem ter acesso e usar em situações oficiais. Já Guimarães (2007) afirma que se dá como a língua oficial a língua do estado, de modo que os indivíduos que pertencem aquele estado devem ser considerados falantes daquela língua que tem este status de oficialidade.

Na Guiné-Bissau o português é a língua que o estado guineense elegeu dentro do mosaico etnolinguístico como uma língua oficial (LO) e segunda língua (L2) para o povo guineense e que merece ser falada por esse, caso que não acontece, devido à metodologia do seu ensino.

Cruz (2013, p. 13) alega que o Português língua não materna (PLNM) deve ser entendido, do ponto de vista sociolinguístico, pelo menos, em duas vertentes distintas: enquanto língua segunda (L2) e enquanto língua estrangeira (LE). Os termos L2 e LE são muitas vezes utilizados como se fossem sinônimos. Até certa medida podem ser, uma vez que o “processo de aprendizagem é equivalente, isto é, assume-se que o ser humano possui apenas uma forma de assimilar conhecimento linguístico não nativo” (FLORES, 2013 apud CRUZ, 2013, p. 13).

Por sua vez, Ançã (1999 apud CRUZ, 2013, p. 14) afirma que língua segunda (L2) é como qualquer língua não materna, o que levaria, neste caso, a abranger também a língua estrangeira (LE). Contudo, quando se queira distinguir a L2 da LE, considera ou pode que a L2 usufrui, desfruta de "um estatuto particular" ou de "certos privilégios, em comunidades multilíngues" ou ainda como uma das línguas oficiais do país, enquanto que a estrangeira não tem esse prestígio ou não goza desse privilégio. Esta ideia permite reconhecer e compreender que, contanto que a autora semelhe referir um sentido lato, do que não existe uma diferença entre a L2 e a LE, dado que, no aspecto prático ou ponto de vista prático, as duas são tidas, consideradas, percebidas e encaradas na lógica de língua não materna, já no sentido restrito é L2, no que refere a sua aprendizagem, ela facilita a sua aquisição em detrimento de LE, onde o seu uso está limitado ao ambiente escolar ou na sala de aula.

Cruz (2013) assegura que, do ponto de vista pedagógico ou didático, não há uma diferença entre as duas línguas, isto é, L2 e LE, entretanto no trato da perspectiva política e

sociocultural há uma diferença que favorece mais a L2, tornando-a mais ampla e aberta em termos de *input*, canal de entrada, disponível, permitido lá fora da sala de aula.

A língua materna L2 é posta aos lusófonos sem se pensar no perfil destes, pois o seu uso não abrange todo o ambiente que o aluno pertence ou se frequenta, ela não faz parte do quotidiano do aluno, no seu lazer e no seu lar, desta forma, o seu ensino merece uma especial atenção e carinho, isto é, levar em consideração que esta língua não é a língua materna do aluno e não deve ser ensinada como uma língua primeira ou materna do aluno. De acordo com Cruz (2013, p. 15):

A aquisição ou aprendizagem do PL2 torna-se um imperativo no espaço lusófono, na medida em que constitui o meio de comunicação privilegiado com o mundo fora do âmbito do grupo social mais restrito e da família. Daí que haja uma necessidade de investir numa didática específica para o seu ensino que não esteja restrita a uma vertente de língua materna.

A urgente intervenção no ensino de língua portuguesa na Guiné-Bissau é importante, porque se considerarmos a língua como a base, alicerce, ou seja, como elemento fulcral na arquitetura do saber de qualquer que seja o povo, a didática do português merece esta consideração no solo guineense, sendo assim, superaremos as dificuldades que os nossos alunos apresentam em todas as áreas do saber humano. Cruz (2013) afirma ainda que a língua é base de todo processo do ensino, portanto, a degradação do ensino e a sua fragilidade advém de falta de domínio na língua portuguesa. Concluímos a discussão de conceitos de línguas com Barbosa (2015, p. 26) afirmando que:

No caso da Guiné-Bissau, a língua portuguesa ao ter o estatuto de língua oficial é adquirida como língua segunda por uma parte significativa da população que tem como língua materna o crioulo ou uma das outras línguas africanas faladas no seu território.

De acordo com o que vimos aqui até, percebe-se que o português ocupa maior lugar no status e o crioulo ganha mais campo, ou seja, tem mais corpus em relação ao português, sendo assim, o seu ensino deve-se ser como o da língua adicional, pois ele é a segunda língua para a maioria dos estudantes guineenses.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1. Intercompreensão

Para debruçar no que se refere à intercompreensão, gostaríamos de trazer entendimentos de alguns autores sobre conceito para melhor compreender o fenômeno em discussão, começamos com Ferreira (2010) que nos traz pressupostos teóricos de alguns autores sobre a intercompreensão.

Para Veiga (2003 apud FERREIRA, 2010, p. 18) a intercompreensão é a aptidão que todo sujeito contém para aderir ao sentido de uma língua estrangeira não estudada ou estudada e nunca contatada aos níveis orais e /ou escritos, através da promoção de estratégias de descodificação baseadas no conhecimento que tem da sua própria língua (a língua materna).

Um processo simultâneo que ocorre entre duas pessoas com línguas distintas, é a maneira como se introduzir dentro de uma língua que não é a sua língua materna, tendo como cunho a sua língua materna para poder fazer uma promoção eficaz e eficiente dos significados da outra língua. Ainda, a intercompreensão é a experiência, competência, a habilidade e a capacidade de transpor limites ou barreiras de uma língua estrangeira para se aderir uma nova cultura. Ela permite o acesso à língua e a cultura ao mesmo tempo, que para certas previsões específicas é muito importante em termo de comunicação.

Andrade e Moreira (2002 apud FERREIRA, 2010, p. 18) afirmam que a intercompreensão é uma competência, ou seja, capacidade de colocar, ligar pontes entre línguas e culturas e uma abertura e curiosidade face a novas experiências comunicativas.

O homem é um ser que vive com os outros, comunica e interage com os outros, nesse caso, todas as pessoas necessitam de viver e comunicar bem seus sentimentos com os seres semelhantes a ele, isto é, no sentido de expressar e manifestar os seus sentimentos por meio de uma língua ao seu próximo, a compreensão desta mensagem proferida se ocorre por meio da capacidade de articulação da elucidação dos conceitos que o seu interlocutor vai gerando com respaldo a sua língua materna. Neste caso, intercompreensão é a tentativa que a pessoa se faz para atingir, alcançar ou decodificar o dito por outro, partindo de usos das aptidões arquitetadas a partir de sua língua materna por meio de uso de mecanismos que nos faz cooperar e interagir com quem estamos convivendo, e por meio de autorreflexão. Quando não ocorra este processo de autorreflexão, obviamente, vai enfrentar a enorme dificuldade na compreensão entre partes na tentativa de interação, porquanto compreender é a capacidade de ver a sua realidade para melhor poder ver a realidade dos outros, sendo assim a intercompreensão é a capacidade que

parte da disposição de ver a sua realidade para depois puder entender a do outro, onde a noção a matéria é o capital primordial nesse caso, compreender o seu próximo é conviver com ele.

Ferreira (2010) argumenta que a intercompreensão é à base do processo do desenvolvimento de uma competência intercultural, em que o conhecimento do contexto é fundamental, o que leva ou obriga uma abordagem diferente no ensino do Português Língua não Materna para poder atender à necessidade dos educandos, ou seja, tornar mais eficaz a aprendizagem, porque compreender é uma forma de perspectivar, atuar e viver com o outro.

Ainda Ferreira (2010) continua argumentando que a intercompreensão é um processo de interação, intercâmbio ou influência mútua, pode ser em presença ou à distância, entre sujeitos, ou entre um sujeito e um dado verbal concreto. Sua definição de intercompreensão expressa que:

Como um processo de desenvolver a capacidade de co-construir sentido num contexto de diferentes línguas e fazer uso pragmático desta situação numa situação comunicativa concreta”, pois é um fenómeno que baseia na transferência de competências, estratégias e conhecimentos do repertório linguístico do falante para línguas desconhecidas e da sua cultura para culturas diferentes da sua.

Já Santos e Andrade (2007 apud CEBERIO 2011, p. 62) sustentam que a intercompreensão é a disponibilidade que o sujeito tem de se interagir com a alteridade, ou seja, dependência do outro, concretamente, para interagir com língua do outro, tendo como base desse processo a sua língua materna.

O termo intercompreensao costumeiramente se designa como um fenomeno que se acontece quando duas pessoas que estão se comunicando com sucesso utilizando cada um sua propria lingua. Este processo de intercompreensão acontece reciprocamente entre falantes de diferentes linguas, é onde ocorre auxílio comuncativo, flexibilidade neste processo para que a comunicação torne saudade e comovente entre participantes. Ceberio (2011, p. 62) afirma que a intercompreensão é uma maneira de constituir ou estabelecer comunicação respectivamente, compreender e fazer o outro compreender, é uma ação reciproca e cooperativa.

Uma ação que acontece isoladamente ou apenas por esforço de uma parte, ela não é, entretanto, uma intercompreensão, porque a intercompreensão ocorre se por meio de um movimentar de locutores, procurando ininterruptamente agir com o seu próximo, abrangendo atividades de descodificação e empregando informações já tidas a partir da língua que sirva da estrutura psíquica sem que haja uma extinção de outra língua.

A maneira como cada um pode expressar-se na sua língua e ser entendido e busca de uso adequado através das estratégias comunicativas para promover uma partilha dos

significados numa situação das duas línguas, isto é, uma estrangeira e uma L1, chama-se a intercompreensão, pois com ela chega-se ao cerne daquilo que o seu interlocutor pretende partilhar. Sendo assim, este processo denominado a intercompreensão é onde duas partes tendem se expressar nas suas línguas para serem compreendidos, Santos e Andrade (2007 apud CEBERIO, 2011, p. 69) alegam que a intercompreensão é uma interação com alguém na língua materna diferente da sua língua, onde cada um dos locutores realiza o uso da sua própria língua.

Ainda podemos considerá-la como uma porta pela qual nós entendemos e reconhecemos a língua dos outros a partir da nossa língua e compartilhar a nossa cultura de uma maneira não hegemônica e, é a solução ou recurso para entender uma comunicação migratória. A intercompreensão é a relação que os interlocutores estabelecem usando uma língua estrangeira e com a L1, ainda é como eles adaptaram suas habilidades, estratégias à intercompreensão na leitura ou diálogo em línguas estrangeiras aprendidas ou não aprendidas. Ela propõe um trabalho recíproco, simultâneo e associado com línguas de uma mesma família, tirando compreensão na aproximação lexical para fins de captação de conceitos ou comunicação dando acesso à quebra de bloqueios e suplantando insuficiência a partir de um esforço feito em duas partes.

Ceberio (2011, p. 82) vai expressar que a intercompreensão é a oportunidade de estabelecer a interação de uma forma mais confortável e confiante, partindo de esforço de ambas as partes ou partes envolventes, quebrando o bloqueio do medo e vencendo o sentimento de incapacidade que normalmente ocorre quando se trata de comunicar uma língua estrangeira.

A intercompreensão é capacidade interativa dos locutores em compreender línguas estrangeiras próximas ou familiares. Esse processo de compreensão recíproca, em que cada sujeito utiliza as suas aptidões com base na sua língua inicial para se compartilhar e comunicar suas intenções, é, igualmente, bem ocorrido ou sucedido quando as línguas dos interlocutores são próximas, vizinhas ou da mesma família linguística, pois ainda que as pessoas desconhecem a língua do outro, todavia se apoia em semelhanças e relações de ordem lexical, sintática e discursiva por meio das suas línguas maternas.

Este fenómeno é um dos princípios basilares reguladores dos acordos e dos ajustes expressivos. Nesta ótica, a intercompreensão se fundamenta nas construções de mecanismos que determinam e definem as relações que envolvem as diferentes delimitações e esquemas cognitivos linguísticos e extralinguísticos e na ativação ou utilização das inferências na construção dos sentidos em situações comunicativas. Ainda pode se dizer que a intercompreensão é justamente compreender a língua do outro e se fazer compreender a sua língua. Ela refere se

à capacidade ao potencial natural que todo sujeito pode atualizar na situação de contato com língua estrangeira ou na situação de plurilingue e pluricultural. Nesta situação a intercompreensão vai depender da atitude e do desempenho do locutor, uma vez que a promoção de conceitos, sentidos e significados se apoiam muito no seu comportamento, capacidade, competência e na sua atitude.

A intercompreensão é um processo que exige o mover dos enunciadores, isto é, é um processo que pede dos praticantes uma ação em procura ou em busca do entendimento, compreensão com base na aplicação de capacidade dos participantes.

Para Santos (2007 apud TAVARES, 2011, p. 7), a intercompreensão é considerada:

Como o processo de interação (em presença ou a distância, síncrona ou em diferido) entre sujeitos, ou entre um sujeito e um dado verbal concreto, na qual os participantes, conscientes (e confiantes) das suas capacidades para lidar com dados verbais desconhecidos, co-constroem sentidos, chegam a um entendimento [...].

Complementando Pfeiffer (2007 apud TAVARES, 2011, p. 7) sustenta que a intercompreensão é como um processo e um produto solidário.

Este processo não funciona sozinho, não obstante com envolvimento de partes inserindo conhecimentos e técnicas adquiridas na língua de base e expandindo competências para se envolver o outro no seio comunicativo.

Carioca (2016, p. 11) afirma que a organização e a construção de sentidos e significados é um “processo social que se desenvolve em contextos interativos com o trabalho colaborativo dos interlocutores”.

Além disso, Carioca (2016, p. 11) vai acrescentando que a intercompreensão é:

Um processo de produção de sentidos a partir da diversidade linguística e cultural que faz parte da nossa vivência mediante o reconhecimento e a valorização dos aspectos que dizem respeito a cada comunidade, proporcionando a constante reconstrução das nossas identidades, valores, ideologias, crenças etc.

A intercompreensão pode auxiliar ou ajudar na interpretação e estabelecer significados de diferentes línguas, onde os locutores participantes no processo da interação usam línguas maternas nas modalidades oral ou escrita (CARIOCA, 2016).

A autora ainda alega que o processo de intercompreensão:

Engloba a utilização de competências várias – linguísticas e não linguísticas – envolvendo o conhecimento que a pessoa já possui e a sua capacidade para articular esse conhecimento com o (re) conhecimento daquilo que até então lhe era desconhecido novas identidades, novos valores, novas ideologias, novas crenças etc. (CARIOCA, 2016, p. 11).

A compreensão do desconhecido se consegue através do processo de intercompreensão que conglera emprego de muitas competências linguísticas e extralinguísticas usando informações que a pessoa tem e a habilidade de conjugar estas informações, neste caso a intercompreensão é muito fundamental na sociedade. Para Carioca (2016, p. 11), a intercompreensão tem como função social esclarecer ou explicitar a relação entre as pessoas que conseguem compreender, interpretar e compartilhar sentidos e significados de língua que sirva de comum na situação comunicativa.

Numa situação de duas línguas que para os interlocutores são estrangeiras, a operacionalização das competências linguísticas, formam-se por meio de informações que a pessoa já tem e sirva da capacidade de movimentar o que se sabe dentro de uma identidade já arquivada para poder entender ou perceber o desconhecido.

Souza e Martins (2012 apud Carioca, 2014, p. 6) explicam que:

Intercompreensão implica a operacionalização de competências linguísticas e não linguísticas, constrói-se a partir do conhecimento que o sujeito tem e baseia-se na sua capacidade de mobilizar aquilo que sabe (a partir também do conhecimento de outras identidades) para procurar compreender o que lhe é desconhecido. Apoia-se em um conjunto de estratégias e de competências comunicativas que podem estar ao alcance de muitos. Implica ainda uma panóplia de atitudes e valores que necessariamente incluem o respeito e a curiosidade por outras línguas.

Como o trabalho tem como foco pesquisar os aspectos linguísticos que prejudicam a coesão e a coerência na produção dos alunos guineenses nos seus primeiros momentos no Brasil, gostaríamos de trazer algumas discussões sobre o texto, procurando entender o que é na realidade um texto, se é um bloco das informações bem organizadas ou é uma aglomeração das palavras que não têm comprometimento com as outras. Siga o tópico a seguir.

3.2. Texto

Iniciando, gostaríamos através de Faraco (2008), trazer um conceito de texto partindo da sua etimologia em Latim para melhor compreender o que ele é de fato e, como se elabora um texto, assim como o seu processo de arquitetura. Para ele, a palavra texto:

Veio do verbo latino *texere*, que significa tecer. O que ocorreu foi à extensão do sentido tecer para o ato de escrever – uma imagem, aliás, muito bonita: quando nos pomos a escrever um texto é como se nos sentássemos ao tear para produzir um tecido (FARACO, 2018, p. 171).

O argumento acima sobre o texto pode conectada com realidade de produção de panos (tecidos) que acontece na Guiné-Bissau. É uma atividade que antes de ocorrer passa por diferentes momentos de preparativos para depois se colocar ao tear a fim de fabricar tecidos.

Inicialmente, o tecelão faz seleção de tipos de linhas que ele vai usar, pois as linhas têm tamanhas e cores diferentes, deste modo o seu uso de linhas deve ser baseado no que na realidade quer ter ou que tipo de tecidos anseia tecer. Depois deste procedimento, segue-se para a etapa de urdir linhas, fase que exige muita cautela, porquanto é um tempo de união de linhas para compor tecidos.

Esta conexão de linhas para formar tecidos equivale ao ato de produzir um texto, que não é uma mera atividade, mas é um trabalho que exige precaução e é processual, porque pede o saber selecionar o que pretendemos colocar no papel para poder formar um conjunto de palavras bem organizadas e com seus sentidos comunicativos fulgentes, sem se ser aglomeração de palavras amorfas com um vazio expansivo.

A criação de texto exige do seu criador um amplo repertório de conhecimento, noção do que vai tornar escrito, visto que o texto produz com base as muitas informações e conhecimentos socioculturais, ou seja, o texto é um conjunto de informações e conhecimento sociocultural. A organização destes conhecimentos e informações socioculturais e os demais outros devem ser associados ao conhecimento linguístico para poder ter uma integração e unidade linguística com propriedades, qualidades estruturais específicas.

Faraco (2018) assegura que o tecer não é apenas juntar os fios; mas é preciso construir uma trama, ligação, acordo ou contextura, ou seja, é preciso entrelaçar os fios de modo a garantir a unidade do todo. Assim também ao escrever, não basta juntar sentenças, juntar palavras, não obstante é preciso entrelaça-las num todo, costurando-as para formar aquilo que chamamos de texto.

O processo de engendrar um texto exige um cuidado enorme, é um casamento das palavras que vai ocorrer neste estágio, acompanhando com as técnicas que vão se fluindo ao longo do andamento deste processo. Lembrando que um texto é uma aglomeração dos vocábulos bem coerentes, pois tem uma mira informativa a cumprir, isso impulsiona muito quem está redigindo e faz dele fletir em todo momento, procurando encunhar em muitas informações tidas, mas que devem ser selecionadas de acordo com o propósito que tem a cumprir, onde vai fazer a retoma de algumas coisas ditas para manter o seu fio, que deve permear todo o texto, pois tem uma tarefa, função, escopo a atingir, visto que, ele é um adjacente de ocorrências da sociedade.

Costa Val (1991, p. 5) afirma que um texto é uma unidade de linguagem em uso, cumprindo ou exercendo uma função apontando numa informação a uma sujeição de ação sociocomunicativa.

O texto é a organização das informações que estão dentro de um contexto cultural e com função comunicativa, não um montão de palavras ou frases desatadas, mas um bloco de palavras, sentenças bem organizadas com um intuito comunicativo. Ele é um discurso que compartilha das opiniões e informações por meio de um diálogo. O homem é um ser que no seu dia a dia produz conjuntos de palavras para comunicar seus sentimentos repartilhando os com seus semelhantes. Este conjunto de palavras deve ser aglutinadas e articuladas para agir-se com o seu próximo, porque o texto é partilha das informações, ação recíproca e de reparte.

Pauliukonis (2004, p. 1) assegura que quando se considera o texto como discurso, neste momento atua como um evento em situação recíproca, partilha das informações ou dialógica, em que se aparecem elementos linguísticos e extralinguísticos, codificados pela gramática e concretizados com base a “contrato comunicativo” vigente em diversos gêneros textuais.

Todo o texto ao fixar-se dentro de um contexto com suas relações e propriedades. Nenhum texto pode ser texto se não esteja inserido dentro de um contexto sociocultural, ou seja, não está vinculado a um gênero, ou não consiste-se as ocorrências de uma comunidade, porquanto ele é um conjunto das ocorrências comunicativas e interacionais.

Koch (2002 apud ELIAS, 2014, p. 160), por sua vez, argumenta que o texto é entendido como um evento e ocorrência comunicativa e expressiva constituído por aspectos linguísticos, cognitivos, sociais e interacionais.

O texto é um grupo lógico de palavras com uma finalidade patente para atingir, isto é, interação; o texto é uma caminhada lógica das palavras, que exige sequencialidade de pensamentos, não uma aleatoriedade de raciocínio. Azevedo (2014) explica que o texto é um adjacente ou conjunto de palavras bem constituídas e, que contém uma continuidade lógica do raciocínio, pois tem “uma obrigação a cumprir, um algo a mira, um objetivo atingir, o texto foi construído “como uma marcha” – com cada ideia ou pensamento rigorosamente atrás do outro numa progressão lógica, não progresso aleatório”.

O texto é a manifestação específica da linguagem, verbalização dos aspectos cognitivos, eventos sociais e as ocorrências que acontecem dentro do tempo e contexto. Com a linguagem, a sociedade interage e faz se orbicular ou circular as informações, mensagens, lembrando que

a linguagem é o veículo carregador dos eventos socioculturais. Todo o texto prepara-se dentro do contexto, consentindo suas condições de uso. Dentro do seu procedimento de desenvolvimento, entra a chamada relação entre sentenças através das conjunções e preposições que vão ser coordenados nos enunciados. A concordância dos tempos verbais são fenômenos que só podem ser explícitos em adjacência de texto ou em referência a um contexto situacional.

É importante ainda salientarmos, que o sentido e a elaboração de um texto, representa escolha realizada pelos indivíduos, sujeitos sociocognitivamente estabelecidos e situados e que revelam “as atitudes, crenças, ideias, opiniões, valores”, etc. Também na produção textual é imprescindível que o leitor tenha informações, conhecimentos linguísticos compartilhados, estes conhecimentos doravante consentirão a inferência e a recuperação das informações extralinguísticas.

Beaugrande (1997 apud CAVALCANTE, 2012) compreende o texto como um evento comunicativo em que convergem ou concentram ações linguísticas, culturais, sociais e cognitivas.

Ainda conforme Cavalcante (2014), texto é aquele que carrega nele uma integração ou unidade de sentido e uma intenção, ou seja, é uma unidade de sentido que se pauta pela indicação.

O texto é unidade de comunicação escrita que tem uma organização própria, segue a lógica, é conjunto de palavras organizadas que procuram garantir a informatividade, segundo afirma Faraco (2008, p. 171).

Um bom texto é aquele que contém unidade temática, é aquele que segura fio temático. Um bom texto é aquele que o seu redator saiba articular as suas partes construindo um bloco com suas estruturas bem adequadas e formando um sentido comunicativo, ou seja, um corpo com suas partes bem definidas e estruturadas, ainda um bom é saber dar a estrutura ao pensamento e palavras, pois, segundo Faraco (2011), cada texto tem uma intenção bem definida que sirva como um guia que vai orientar o seu processo de construção, e aspectos do que se escreve, na seleção do vocabulário, extensão da sentença, organização dos parágrafos etc.

Isso exige do escritor ter em mente uma intenção bem definida, objetivo bem claro, pois ninguém fala por falar, mas todos falam como uma intenção. Fávero (2009, p. 29) afirma que:

A elaboração do texto escrito – assim como do oral – envolve um objetivo ou intenção do locutor. Contudo, o entendimento desse texto não diz respeito apenas ao conteúdo semântico, mas à percepção das marcas de seu processo de produção. Essas marcas

orientam o interlocutor no momento da leitura, na medida em que são pistas linguísticas para a busca do efeito de sentido pretendido pelo produtor. Um texto escrito tem no parágrafo uma de suas unidades de construção. Essa unidade é composta de um ou mais períodos reunidos em torno de ideias estritamente relacionadas. Nos textos bem-formados, em geral, a cada parágrafo deve relacionar-se uma ideia importante, não havendo normas rígidas para a paragrafação.

Costa Val (1991, apud SANTOS (ano)) afirma que esses elementos no texto precisam estar explícitos na superfície do texto por um mecanismo de coesão gramatical. Sendo assim, o redator de certa forma, precisa ter competência discursiva, que vai dar uma garantia na compreensão do texto, para isso que um texto precisa ser escrito de uma forma bem nítida e adequada. Escrever um texto não deve ser uma mera atividade, entretanto:

Escrever um texto que o leitor receba como coerente é parte integrante da competência discursiva de quem escreve. E os estudantes precisam estar cientes disso. A coerência não se encontra no texto nem no leitor, mas no encontro entre o leitor e texto no ato da leitura. Entretanto, para que a coerência surja nesse encontro, é necessário que o texto seja redigido de forma adequada: o autor não foge do tema; os códigos de pontuação, ortografia (OLIVEIRA, 2010, p. 20).

Afinal o ato de escrever é uma garantia da coesão e da coerência, o que é de fato a coesão e a coerência? Assunto a discutir no próximo subtítulo.

3.3. Coesão e coerência

A coesão e a coerência são dois princípios básicos que sirvam para dar a estrutura aos conjuntos de tecidos que compõem um texto, são muito fundamentais ou importantes, pois asseguram ou garantem a compreensão de um texto, são dois princípios basilares a estruturação de um texto, segundo Roque (2012, p. 2).

Com elas consigamos inteirar do sentido e a lógica do texto sem que o autor do mesmo tenha nos amparado na sua compreensão, sendo assim, os dois fenômenos são imprescindíveis e indispensáveis no ato da criação de um texto e merecem ser respeitados e considerados e cuidadosamente empregados para não criar contradição, todavia concatenação das ideias e informações do texto.

Sendo dois elementos muito fulcrais na compreensão de um texto, vamos tentar trazer pressupostos teóricos de cada um, começando pela coesão e para depois a coerência.

3.4. Coesão

A Coesão é a manifestação do conteúdo, ou seja, é a maneira como os conteúdos e as relações subjacentes são demonstrados ou figurados na superfície textual. Ela é a formação da unidade formal de um texto, este termo está atrelado aos elementos que compõem um texto. É a harmonia entre tecidos que constituem um texto. É a conjugação entre partes constituintes de um texto. É a organização de todas as palavras que o autor pretende usar para comunicar suas ideias ou intenções. É ligação gramatical e lexical, segundo Leite (2010, p.5), a coesão textual, portanto, é realizada pela relação, ligação, conexão entre as palavras, expressões e frases de um texto.

A Coesão é a parte visível da coerência num texto e que se manifestam através da relação de sentidos das palavras dentro da construção de um texto, portanto, a compreensão de um texto depende grandemente da boa construção da coesão. Simon (2008, p. 2) defende que:

A coesão é a manifestação linguística da coerência. Provém da forma como as relações lógico-semânticas do texto são expressas na superfície textual. Assim, a coesão de um texto é verificada mediante a análise de seus mecanismos lexicais e gramaticais de construção. Os elementos de coesão também proporcionam ao texto a progressão do fluxo informacional, para levar adiante o discurso.

Para Costa Val (1991, p. 12), a coesão é a manifestação linguística da coerência; ela vem da maneira como os conceitos e relações subjacentes, implícitos, subentendidos, latentes, tácitos, velados são expressos na superfície textual. Ele é responsável pela unidade formal do texto, constrói-se através de mecanismos gramaticais e lexicais. Por exemplo, pronomes anafóricos, os artigos, a elipse, a concordância, a correlação entre tempos verbais, as conjugações.

Os elementos de coesão determinam a mudança de ideias no meio das frases e parágrafos. Os elementos da coesão consistem em referências. As referências são as que não apresentam significação própria, pois encaminham ao outro item do texto que são indispensáveis para sua interpretação o seu significado, por exemplo, os pronomes pessoais, possessivos, demonstrativos, indefinidos, relativos, advérbios de lugar que se emprega para fazer a referência de algo já dito, sem elas não complica a interpretação. Igualmente a substituição, outro elemento, de coesão, ela sobrevém quando um item é posto no lugar de um elemento para desviar-se ou evitar repetições. Pode ser comutado os nomes, verbos, períodos ou fragmento de um texto por um vocábulo ou adjacência que tenha significado próximo ou sentido semelhante. A coesão por transferência, substituição no caso, é empregado para tornar o texto mais enxuto e mais fulgente, um texto com ausência das dificuldades de perceber. Ainda

salientamos que na tentativa de garantir a coesão se usa palavras de transição para constituir ligações dentre as orações, frases e parágrafos.

Lembrando que o texto tem as porções que o compõem, isto é, a introdução, desenvolvimento e conclusão, cada uma destas partes do texto tem palavras e expressões que se usa para assegurar e garantir a coesão do texto. Exemplo, a introdução tem suas palavras e expressões que se deve utilizar nela, do mesmo modo com o desenvolvimento, em que adiciona novas informações para manter a progressão de um texto, assim como a conclusão que também tem suas formulas a ser seguidas ou palavras que devem ser aplicadas devidamente.

A coesão promove a continuidade, a progressão, a articulação, não contradição do texto, ela dá garantia a união das partes constituintes de um texto, ela tem, segundo Antunes (2005, p. 48), “a função exatamente de promover e garantir a continuidade do texto, a sequência interligada de suas partes, para que não se perca o fio de unidade que garante a sua interpretabilidade.”

A coesão é como uma corda que amarra as partes de um todo, que prende as ideias, pensamentos, tornando-os um corpo com seu sentido. Antunes (2005, p. 48) afirma que:

Os autores como Halliday & Hasan (1976), definindo a coesão, apelam para a metáfora de “laço”, no intuito de mostrar que, no texto, cada segmento precisa estar atado, preso, pelo menos, a um a outro, de sorte que não há “ponta soltas”, ou pedaços que não se juntam a nenhum outro.

Assim como os tecidos necessitam seus fios estarem entrelaçados e bem estabelecidos para serem utilizados em trajes, mantas ou carpetes, um texto precisa, outrossim, ter seus termos bem organizados e devidamente estruturadas para que haja a lógica. Assim, como estamos numa conversa podemos empregar outros recursos ou saídas além da linguagem para dar significado a nossa mensagem bem como, acenos, o apreciar, demonstração fácil, entonação da voz, sons, entretanto quando escrevemos, não apresentamos esses recursos no texto e, é aqui que entra a consideração sobre a coesão.

A coesão é amarração lógica dentre as palavras e expressões de um texto utilizando elementos formas. Toda a fração de um texto precisa ser amada de um para poder garantir aquilo que se denomina da coesão, ter uma relação com as outras para formar um sentido, garantir a informatividade.

Conforme Bortoni-Ricardo (2014, p. 20), a coesão é a relação que se estabelece entre sentidos, pensamentos. Uns conjuntos de informações unidas chamam-se de coesão, ela não

refere desunião das palavras e sentidos, contudo palavras organizadas. Afirma que a coesão “refere-se, pois, às relações de sentido que se estabelecem no interior do texto, constituído por um conjunto de relações de coesão que retoma palavras e informações” (BORTONI-RICARDO, 2014, p. 19).

Quando discorremos sobre a coesão, estamos falando das estruturas ou mecanismos linguísticos que admitem a mensagem do texto ter lógica e que possa ser entendida por outras pessoas fora do seu articulista, autor no caso. A coesão ocupa-se da ligação das palavras num texto, para que o sentido do texto possa ser completo e coeso, assim sendo sentido de um de boa ligação das suas partes.

Para Halliday e Hasan (1976 apud Bortoni-Ricardo, 2014, p. 19), a coesão acontece quando a interpretação de algum elemento na homilia, alocução ou discurso depende, pendula ou ancora de outro. Um pressupõe o outro, um não pode ser efetivamente decodificado a não ser por recurso ao outro.

Ainda vão dizer que, para formar alunos capazes de ler e escrever com autonomia, é preciso habilitá-los a lidar com diversos gêneros textuais (BORTONI-RICARDO, 2014, p. 21), porque, para Antunes (2005), cada gênero textual tem a sua cara, essa cara que vai orientar a sua escrita, portanto, o docente precisa ter noção disso para melhor auxiliar ou orientar o seu educando no ato da escrita.

Como tínhamos prometido que em primeira não vamos nos debruçar na coesão para depois seguir-se a coerência, agora é tentar ver de fato o que é esta coerência e que função ela tem na linguagem, particularmente na produção escrita, lembrando que ela é um dos pilares que assegura ou garante a compreensão de um texto, ela que garante a compreensão de um texto, faz parte dos princípios basilares à estruturação de um texto, sem demora seguimos para a sua abordagem.

3.5. Coerência

Na tentativa de compreender o conceito, decidimos iniciar a nossa discussão com Garcia (2010), o qual expõe que a coerência:

Vem do latim que significa ligação, (do latim *cohaerens, entis*: o que está junto ou ligado) consiste em ordenar e interligar as ideias de maneira clara e lógica e de acordo com um plano definido. Sem coerência é praticamente impossível obter-se ao mesmo tempo unidade e clareza. Ela é, por assim dizer, a “alma” da composição. Os organismos vivos, os próprios mecanismos, só funcionam quando suas partes

componentes se ajustam, se integram numa unidade compósita. Podem-se reunir as mil e uma peças de um aparelho de televisão, mas o conjunto só funcionará quando todas estiverem adequadamente ajustadas e conectadas segundo o esquema de montagem. Onze excelentes jogadores de futebol, 11 Pelés, pouco rendimento obterão numa partida, se não se conjugarem as habilidades de cada um na sua posição e movimentação dentro do campo, segundo o plano do jogo e o objetivo do gol. Em outras palavras: assim como não basta encontrarem-se em campo 11 Pelés que não se entendem, que não se articulam, assim também não é suficiente dispor de excelentes ideias que não se ajustem não se entosem de maneira clara, harmoniosa e coerente (GARCIA, 2010, p. 287).

A Coerência é a articulação lógica das ideias, acontecimentos, situações ou pensamentos e que são apoiados nos elementos gramatical-lexicais, isto é, coesão. Ela é que faz com que o leitor perceba o conteúdo do texto, ampara percepção de quem tem contato com o texto sem a presença do autor do mesmo, com ela o leitor consiga perceber a intenção ou informações registradas, sem que haja a participação do autor. A coerência é responsável principal pelo sentido do texto. Ela é a harmonização do mundo textual com o mundo que representa.

A coerência trata da relação entre os conceitos, ideias e partes do texto, a introdução, o desenvolvimento e a conclusão. Para que um texto seja concatenado, é impreterível fazer acoplamento das ideias. Existem determinados pontos fundamentais que precisam ser considerados para que um texto torne coerente. Evitar contradições, posto que um texto não possa ter ideias ou informações que contraponham ou pifam a lógica da mensagem. Sustentar a temática, assunto ou a continuidade que está em abordagem, se utilizada a continuidade temática para dar subsequência, sequência ao texto, ela assenta em relacionar as informações expostas ao texto e assegurar a linha de raciocínio. “Quando a continuidade temática é quebrada, ou seja, quando não se faz a corelação entre as partes ou informações do texto, a sensação de quem lê é de que o autor simplesmente mudou de assunto sem avisar”.

A progressão semântica é o encarregue o desenvolvimento do texto. “Um texto progride por meio da articulação entre suas partes (introdução, desenvolvimento e conclusão)”. Em um texto é admissível um tema único e proporcionar ou comparecer múltiplas informações diversas a propósito do mesmo assunto, e também é possível desdobrar ou desenvolver o tema em subtemas, discorrendo ou argumentando sobre cada um deles até concluir, isso faz avançar o texto, porém quando não há a entrada de novas informações para dar a sequência ao todo expressiva e significativa ou as informações adicionadas ao tema, a percepção é que o texto é pobre e não chega ao ponto almejado.

Então, podemos afiançar que a coesão refere à conexão entre os elementos, partes do texto, incluindo parágrafos e frases. A coerência é responsável a relação concatenação entre as

ideias, fazendo com que umas complementem as outras, não se contradigam, mas dêem significado sentido ao texto.

A coerência trata-se da relação de um texto, como os conceitos estão encadeados e organizados entre si. Ela está no encontro do leitor com o texto. Oliveira (2010), por vez questiona onde está o sabor de maçã, se é na maçã ou na boca da pessoa? O sabor não na maçã nem na pessoa, mas o sabor está no encontro de maçã com a boca, para ele:

A coerência não se encontra no texto nem no leitor, mas no encontro entre leitor e texto no ato da leitura. Entretanto, para que a coerência surja nesse encontro, é necessário que o texto seja redigido de forma adequada: o escritor não foge do tema, as regras de pontuação, ortografia e sintaxe são seguidas ou propositalmente violadas; a escolha do vocabulário que está adequada ao leitor do texto (OLIVEIRA, 2010, p. 129).

Todo o escritor deve saber manter fio daquilo que ele está a escrever, procurando ser coerente em todo processo da sua escrita para poder facilitar o seu futuro leitor na compreensão do texto. Mas, o que é escrever? Assunto a desenvolver na próxima sessão.

3.6. Escrita

A escrita como uma atividade interativa significa que é um intercâmbio, relação recíproca entre as pessoas. Uma atividade só é considerada interativa quando há uma realização recíproca, mútua, por duas pessoas ou por mais pessoas, onde as ações se realizam conjuntamente na busca da mesma finalidade ou mesmo fim. Sendo assim, numa influência mútua, isto é, interação, em que cada sujeito participante faz vai depender daquilo que o outro faz. Ação de uma parte vai ser regularizada e condicionada por outro, toda a determinação ou decisão aceita leva em conta essas condições. Nesta linha de pensamento, a escrita é interativa, dialógica, dinâmica e negociável tal como a fala.

A escrita é uma atividade de intercâmbio, informativa, com ela conseguimos comunicar as nossas intenções, sentimentos e planos. Ela se realiza por meio de uma interação entre partes. Segundo Antunes (2005, p. 28), escrever:

É como falar, uma atividade de interação, de intercambio verbal. Por isso é que não tem sentido escrever quando não se está procurando agir com outro, trocar com alguém alguma informação, alguma ideia, dizer-lhe algo, sob algum pretexto. Não tem sentido o vazio de uma escrita sem destinatário, sem alguém do outro lado da linha, sem uma interação particular.

Quem pretende comunicar algo se precisa fazer uma ação, ninguém descortina as intenções do seu próximo por meio da passividade, mas através de ação feita de quem necessita.

Ninguém consiga sozinho saber os planos do outro por meio de silêncio ou nenhuma manifestação, a escrita também funciona assim, uma parte precisa de fazer algo que vai comover a outra parte para se puderem interatuar. Escrever é uma atividade que exige de nós um mover para promover uma interação entre partes, ela não se faz para meio de um esforço, mas as partes devem comover, interagir-se. Antunes (2003, p. 45-46) afirma que:

A escrita é uma atividade interativa de expressão, (ex-, “para fora”), de manifestação verbal das ideias, informações, intenções, crenças ou dos sentimentos que queremos partilhar com alguém, para, de algum modo, interagir com ele. Ter o que dizer é, portanto, uma condição previa para o êxito da atividade de escrever.

Ter o que vai dizer é um requisito antecedente para o sucesso na atividade de escrita, porque a escrita não é uma atividade de sentar se e pegar na caneta ou lápis, dependendo do que vai usar para escrever e começar a escrever, não obstante, primeiramente, precisa ter o que dizer e para quem vai dizer, assim, para poder selecionar os vocábulos adequados, pois as palavras são intermédias ou fermentas que se usa para estabelecer ou erguer pontes entre interlocutores ou quem escreve e quem lê. Dai que a providencia é ter um grande acervo de léxicos e de vocabulários e ampliar o repertório das informações, porque a escrita também é com base nas informações e conhecimentos socioculturais.

Para escrever, o autor do texto precisa ou deve ter em mente o que escrever, é como o falar, ninguém fala sem ter nada para dizer, mas precisa saber da matéria o que lhe norteia em sua atividade de escrita. Para Antunes (2003), escrever sem saber para quem é, logo de saída, uma tarefa difícil, dolorosa e, por fim, é uma tarefa ineficaz, pois falta a referência do outro, a quem todo texto deve adequar-se.

Como atividade de escrita é uma realização cooperativa, ela exige o saber fazer e para quem o fazer, isto é, definir com quem vai se interagir ou dividir suas sensações e intenções. Escrevemos com ótica de interagir, portanto, ela tem que ser orientada por um destinatário bem definido, quando não tem leitor definido, obviamente não vai ter uma cooperação entre dois lados, conforme Antunes (2005, p. 29) expressa:

Escrever, na perspectiva da interação, só pode ser uma atividade cooperativa. Uma atividade em que dois ou mais sujeitos agem conjuntamente para a interpretação de um sentido (o que está sendo dito), de uma interação (por que está sendo dito). Daí que se torna difícil escrever sem se saber para quem. Como selecionar as informações, como escolher a ordem em que as coisas devem ser ditas, como ajustar o grau de

formalidade da linguagem, o nível do vocabulário e outras particularidades, se não sabemos, mesmo de forma simulada, quem é o nosso interlocutor e como avalia-lo? Se repararmos que, com algumas exceções, essa tem sido a prática costumeira das escolas, fica fácil entender por que a escrita fica reduzida a um exercício mecânico de escrever qualquer coisa, de qualquer jeito, que, afinal, não se sabe bem que fim vai ter.

Quando tem reparte de algo que se considera cooperação, encontro e partilha, assim sendo, a escrita é um encontro, parceria e envolvimento entre indivíduos, com a finalidade de ter uma comunhão das ideias, conhecimentos e partilha das intenções, finalidades e alvos. Deste modo, quando se coloca para escrever deve selecionar o que vai dizer ao seu interlocutor, quem pretende interagir ou repartir o seu objetivo, suas intenções. Atividade de escrita é, portanto, uma ação interativa de expressão, manifestação das ideias escritas, intenções, sentimentos, crenças que pretendemos compartilhar com alguém; é dividir informações com base na interação a outra pessoa ou pessoas. Com ausência da ação de escrita, não funciona, ela só tem a vida quando funciona empenho de duas ou mais pessoas não busca de um envolvimento e na partilha de informações.

A escrita é uma ação de comando esforço de quem escreve e quem lê, exige um mover das partes, isso leva o que chamamos de aplicação de estratégias, que faz de nós aplicação de conhecimentos distintos. De acordo com Oliveira (2010, p. 160):

Escrita é uma atividade que demanda da parte de quem escreve (e também da parte de quem lê) a utilização de muitas estratégias, o que significa dizer que, nesse processo, muitos e variados conhecimentos são ativados para uma eficiente e eficaz interação entre escritor e leitor.

Conforme Oliveira (2010), a escrita não é uma atividade aleatória, exige, entretanto, certos conhecimentos para sua realização. A escrita não é uma atividade exclusivamente linguística. Para escrevermos precisamos ter alguns conhecimentos que vão nos ajudar no processo ou na atividade de escrita.

Para escrever precisamos possuir conhecimentos linguísticos, conhecimentos enciclopédicos e conhecimentos textuais.

Estes conhecimentos são fundamentais no ato da escrita, nos respaldam.

Oliveira (2010, p. 127), afirma que, não existe um número fixo de etapas para o processo de produção textual, mas podemos pensar nas seguintes:

- 1) Escolha do tema e do objetivo que se pretende atingir com o texto;

- 2) Atividade dos conhecimentos prévios e/ou construção de novos conhecimentos acerca do tema;
- 3) Definição do leitor do texto;
- 4) Escolha das informações que vão constar no texto;
- 5) Organização da sequência das informações;
- 6) Redação do primeiro rascunho do texto;
- 7) Editoração e rescrita do texto;
- 8) Revisão e redação da versão final do texto.

Antunes (2003, p. 54-55), argumenta que, escrever é uma atividade que exige a etapas na sua realização:

- a) delimitar o tema de seu texto e aquilo que lhe dará unidade;
- b) eleger os objetivos;
- c) escolher o gênero;
- d) delimitar os critérios de ordenação das ideias;
- e) prever as condições de seus leitores e a forma linguística (mais formal ou menos formal) que seu texto deve assumir

Percebemos que a escrita também é um processo que exige um tempo para definir o que na realidade irá fazer, demarcar o assunto a tratar, selecionar o estilo do seu texto com base no que pretende atingir com a sua escrita, a escrita, portanto, não é um ato acidental, porém funcional e ativa que demanda a procura de interação, baseada no contexto e adequada.

A atividade de escrita deve no seu todo seguir os procedimentos citados abaixo para poder tornar-se relevante:

Uma escrita de autoria também dos alunos; “Uma escrita de textos”; “Uma escrita de textos socialmente” relevantes; Uma escrita funcionalmente diversificada; “Uma escrita de textos que” têm leitores; Uma escrita contextualizada adequada; Uma escrita metodologicamente ajustada; Uma escrita orientada para a coerência global; Uma escrita adequada também em sua forma de se apresentar (ANTUNES, 2003, p. 54-66).

Contexto sendo conjunto de circunstâncias vinculadas a uma ocorrência ou de uma situação, contribuí muito para o significado e encadeamento de um discurso, por conseguinte ele é algo muito imprescindível no processo e no ato da escrita, pois norteia o que vai ser dito e ajuda na colocação devida.

Toda escrita deve ser feita por meio de um contexto, ela tem que se situar no espaço e atrelada ao um acontecimento cultural. Antunes (2005, p. 30) manifesta que:

Escrever é uma atividade contextualizada. Situada em algum momento, em algum espaço, inserida em algum evento cultural. Os valores que, convencionalmente, se atribuem a esses momentos ou espaços determinam certas escolhas linguísticas.

“Dessa forma, não se escreve da mesma maneira, com os mesmos padrões, em contextos diferentes” (p. 30).

Antunes (2003, p. 30) afirma que a escrita uniforme, que, na verdade, é mais uma escrita vazia, a escrita de frases soltas ou da escrita daqueles textos sem destinatários. Como são para ninguém, a forma não importa, o que se diz não importa. Como não varia o interlocutor (que, na verdade, nem existe), também não varia o modo de interagir com ele.

Por fim, Antunes (2005, p. 65-66) assegura que um texto funciona como um mapa: com instruções, informações bem claras, com pistas, com indicações que precisam ou devem ser obedecidas e seguidas com toda cautela e atenção. O cuidado com a apresentação desse mapa faz parte da cooperação do escritor com o leitor, para que ele chegue aos sentidos e às intenções pretendidas, por isso que ninguém:

Fala ou escreve por meio de palavras ou de frases justapostas aleatoriamente, desconectadas, soltas, sem unidade. O que vale dizer: só nos comunicamos através de textos. Sejam orais ou escritos. Sejam eles grandes médios ou pequenos. Tenham muitas, poucas, ou uma palavra apenas (ANTUNES, 2005, p. 30).

Desde já que comunicamos através dos textos, eles devem ser organizados para que não criem problema na comunicação ou na interação com o seu interlocutor.

4. OS ASPECTOS LINGUÍSTICOS QUE PREJUDICAM A COESÃO E A COERÊNCIA NO PORTUGUÊS DOS ALUNOS GUINEENSES NOS SEUS PRIMEIROS MOMENTOS NO BRASIL

Na busca de entender e compreender os aspectos linguísticos que prejudicam a coesão e a coerência no português dos alunos guineenses nos seus primeiros momentos no Brasil, obrigou-nos a debruçar nos alguns teóricos que tinham feitos trabalhos do mesmo gênero embora com diferente foco, também procuramos entender o fenômeno através da aplicação de questionário a 20 estudantes guineenses da Unilab – 10 estudantes com mais de seis meses no Brasil (5 meninos e 5 meninas) e 10 estudantes com menos de seis meses no Brasil, isto é, recém chegados (5 meninos e 5 meninas) – para fazer uma análise comparativa destes dois grupos de estudantes ambos do mesmo país. Depois da coleta dos dados, seguiu-se para a análise dos questionários que foram realizados no caso do corpus escrito. Em seguida, fizemos a composição do corpus e uma mostra dos dados da pesquisa feita.

Com embasamento no corpus composto, pode-se observar os aspectos linguísticos que prejudicam a coesão e a coerência no português dos estudantes guineenses tanto nos seus

primeiros momentos no Brasil, quanto depois de seis meses e que foi demarcado pelo uso dos seguintes elementos: intercompreensão, coesão e coerência:

Figura 1: os alunos com menos de seis meses no Brasil

Informante	Inadequação a Intercompreensão	Coesão	Inadequação a Coerência
L. M1	-	±	-
L. F1	-	±	-
L. M2	-	±	-
L. F2	-	±	-
L. M3	-	±	-
L. F3	-	±	-
L. M4	-	±	-
L. F4	-	±	-
L. M5	-	±	-
L. F5	-	±	-
L. M6	-	±	-
L. F6	-	±	-
L. M7	-	±	-
L. F7	-	±	-
L. M8	-	±	-
L. F8	-	±	-
L. M9	-	±	-
L. F9	-	±	-
L. M10	-	±	-
L. F10	-	±	-

Fonte: Carioca (2014)

No que refere ao aspecto de adequação a intercompreensão quase todos os informantes apresentam problemas na compreensão e na coerência nas questões feitas, contudo com o uso adequado da coesão, embora com algumas dificuldades, pois houve inadequação no uso de alguns termos.

Como pode se ver na figura (intercompreensão -) implica mais problema no processo de intercompreensão nesses alunos, quase todos não conseguem respondendo adequadamente a questão o que implica que não compreensão o questionário.

Figura 2: os alunos com mais de seis meses no Brasil

Informante	Inadequação a Intercompreensão	Adequação Coesão	Adequação Coerência
L. M1	±	±	±
L. F1	±	±	±
L. M2	±	±	±
L. F2	±	±	±
L. M3	±	±	±
L. F3	±	±	±
L. M4	±	±	±
L. F4	±	±	±
L. M5	±	±	±
L. F5	±	±	±
L. M6	±	±	±
L. F6	±	±	±
L. M7	±	±	±
L. F7	±	±	±
L. M8	±	±	±
L. F8	±	±	±
L. M9	±	±	±
L. F9	±	±	±
L. M10	±	±	±
L. F10	±	±	±

No que refere ao aspeto de adequação a coesão e a coerência nos dez informantes com mais de seis meses no Brasil, cinco meninas e cinco meninos (L. F e L. M), a colocação é razoável, o problema é mais averiguado na falta da intercompreensão as questões que, de certa forma consideramos razoável em relação aos alunos com menos de seis meses no Brasil. Podemos ver na figura dois através de sinal (\pm).

É notório em todas as quatro questões a dificuldade no processo de intercompreensão em todos os 20 alunos, sobretudo na segunda questão, onde maioria apresenta mais dificuldade no processo de intercompreensão. Por exemplo nos L. F1 e L. M2, as respostas de segunda questão (Como você aprendeu a língua portuguesa?):

L. F1 Sou da Guiné-Bissau, e lá fala-se muito pouco a língua portuguesa, a língua falada lá pelo população comum que constitui a mairia da população Guineense é a língua Crioula, pois, isto foi, um fator fundamental e constrangidora na minha aperfeiçoamento. Portanto, aprendi a língua portuguesa com muita dificuldade.

L. M2 Bem como se sabe da realidade do meu e do nosso país não é assim tão fácil aprender esta língua so dentro da escola, portanto eu aprendi esta língua não so dentro da escola mas sim fora nos outros lugares com os meus amigos e outras pessoas, e que ate hoje estou a aprender graças a meu próprio dinamismo porque eu não me sinto vergonha no que dez respeito ao processo de aprendizagem em qualquer area.

Aqui podemos perceber uma falta de intercompreensão na questão feita, o que obrigou-lhe a não responder o que foi perguntado.

Já para os alunos com mais de seis meses no Brasil, percebe uma melhoria da intercompreensão. Por exemplo nos L. F3 e L. M3:

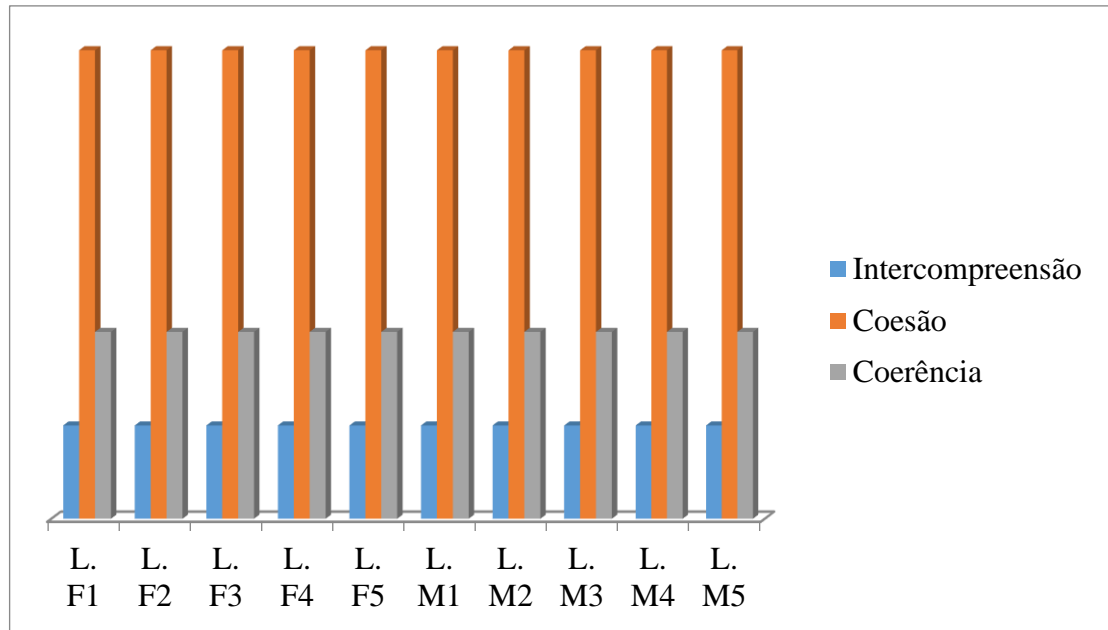
L. F3 Aprendi a língua portuguesa na escola através dos professores, não só também nas diferentes organizações que eu tinha participado só falam português nas reuniões e nos seminários e aí comecei aprender pouco a pouco, e tinha também um professor de português que me ajudava muito em aprender a língua.

L. M3 Eu aprendi a língua portuguesa na escola, por conta de ser uma língua oficial no meu país, com isso, aprendi a língua portuguesa para ampliar o meu processo acadêmico e formação profissional então, o meu processo de aprendizagem foi através do sistema de ensino adotado no meu país que de certo modo é utilizado em todos países que falam a língua portuguesa.

Em comparação aos alunos com mais de seis meses e com menos de seis meses no Brasil, é manifesto a melhoria na intercompreensão, na coesão e na coerência nos alunos com mais de seis meses em relação com os alunos com menos de seis meses, isto que, os alunos que estão com menos de seis meses apresentam falta da coesão e da concatenação das ideias nos seus textos, falta de progressão, continuidade, articulação e não contradição, porque há sempre em todas as respostas de todos os informantes, desvio nas respostas as questões e problemas nas estruturas superficiais dos textos, o que espelha logo falta da intercompreensão, da coerência e da coesão nos seus textos.

Em todos os informantes é visível muitos problemas na estrutura física de todos os seus registros e na ligação das ideias para poder garantir a coerência nos textos. Então, o fator primordial destes problemas tem a ver com a grande influência que o crioulo exerce e a forma como estes alunos aprendem português, isso fez como quase todos eles apresentam desvios nas suas respostas com relação às questões feitas a eles.

Gráfico 1: Informantes com menos de seis meses no Brasil



No gráfico acima mostra-se uso melhor na coesão em relação na coerência e na intercompreensão nos dez informantes com menos de seis meses no Brasil. Por exemplo na L. F5 a resposta de primeira questão (Qual a importância da língua portuguesa em sua vida?):

L. F5 Como estão sabendo tudo que está ligado ou interagindo com a cultura em geral, tem grande importância na minha vida.
Na minha vida, a língua portuguesa contém enorme caráter que para especificar não vou poder, porque a sua função ultrapassou todas as expectativas que podia imaginar. Por isso, encarro a língua portuguesa como a sagrada dádiva cultural que recebi.

No exemplo acima demonstrado, manifesta-se mais problema na intercompreensão e na coerência que na coesão. A resposta foi respondida fora da questionado, esse distanciamento na resposta espelha a deficiência na intercompreensão, porque se tivesse compreendida a questão, obviamente, a resposta adequaria com a questão.

Para a coerência prevalece uma total contradição no argumento, pois a ideia inicial não está concatenada com a última. Em toda resposta não tem uma ligação de ideia, pois há uma contradição, falta de articulação e incongruência no que ela pretendia dizer ou argumentar. Há uma falta de harmonia interna nas interfrasais e incoerência externa nas ligações interparagrafais.

No segundo exemplo da L. F 5 da resposta de segunda questão (Como você aprendeu a língua portuguesa?):

L. F5 Sou da Guiné-Bissau, e lá fala-se muito pouco a língua portuguesa, a língua falada lá pelo população comum que constitui a maioria da população Guineense é a língua Crioula, pois, isto foi, um fator fundamental e constrangedora na minha aperfeiçoamento. Portanto, aprendi a língua portuguesa com muita dificuldade.

Nesta resposta percebe que há falta de intercompreensão na questão feita, isso fez com que a resposta não ajustou com o que foi perguntada, a questão pede para falar de que maneira ou de que modo aprendeu a língua portuguesa, entretanto ela começou a sua resposta falando da sua origem e pouco número de falantes de português na Guiné e por ultimo a sua dificuldade na aprendizagem de português, algo que comprova falta de compreensão a questão.

Também podemos compreender um pouco de problema na coerência, pois tem falta de relação nos argumentos como pode se desvelar na parte inicial e final da resposta em cima, além disso podemos destacar a falta de concordância de gêneros como um fenômeno proveniente das influencias de crioulo e as línguas étnicas da Guiné-Bissau. Por exemplo: “... *pelo população comum que constitui a maioria da população Guineense...*”

Nesta frase percebemos que a informante não cometeu falta de concordância, porque não sabe, porquanto no final da frase a mesma expressão foi reiterada corretamente, então o erro cometido foi à influência das línguas étnicas e crioulo que não contêm concordância de gêneros.

Já no terceiro exemplo, a seguir, detectamos dificuldades na intercompreensão e incoerência no interior de paragrafo e de qual modo uma quebra de sentido entre argumento:

Exemplo da L. M 2 da resposta de primeira questão (Como você aprendeu a língua portuguesa?):

L. M2 Bem como se sabe da realidade do meu e do nosso país não é assim tão fácil aprender esta língua so dentro da escola, portanto eu aprendi esta língua não so dentro da escola mas sim fora nos outros lugares com os meus amigos e outras pessoas, e que ate hoje estou a aprender graças a meu próprio dinamismo porque eu não me sinto vergonha no que dez respeito ao processo de aprendizagem em qualquer area.

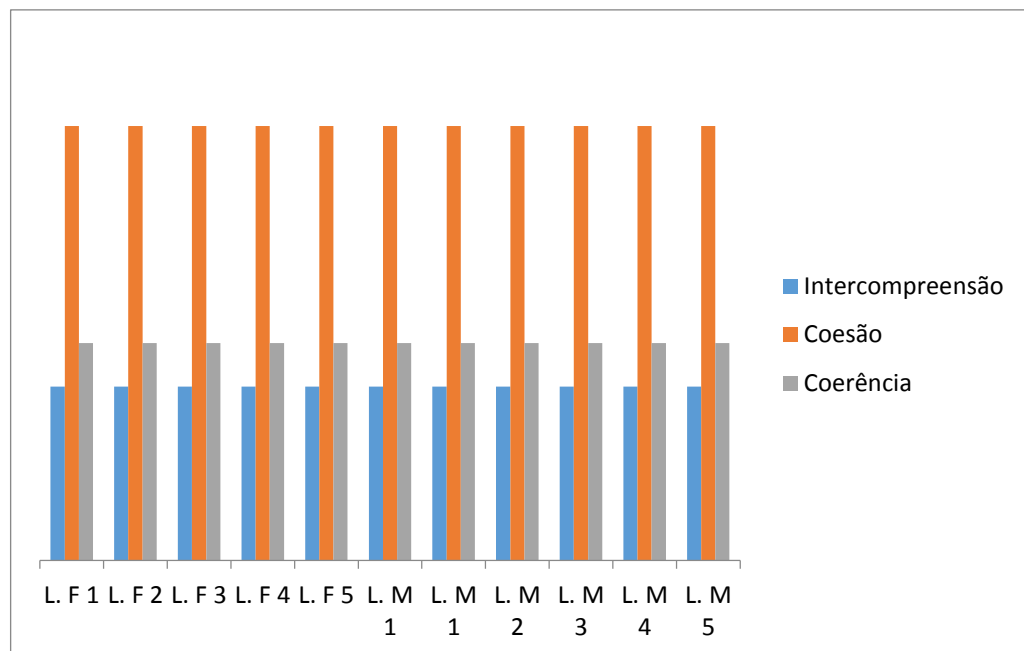
Na análise de exemplo em cima, a coesão e coerência são aspectos que encarregam sentido das palavras, isto é, semântico-pragmático que criam mais rombos e implicância no processo de intercompreensão. Além disso, percebe se também que nenhum informante produziu a resposta adequadamente coerente e coesa nos três exemplos apresentados ate aqui.

L. M 2 da resposta de terceira questão (Como o Crioulo interfere na aprendizagem da língua portuguesa?):

L. M 2 O Croulo interfere na aprendizagem da língua portuguesa como se sabe hoje em dia como o mundo da globalização as coisas se encontram em constante evolução, e sendo assim o crioulo que dantes se falava é diferente com o que se fala hoje que é mais ou seja muito diferente em que se usa muitas expressões portuguesas por isso ele interfere muito na aprendizagem desta língua.

Nesse exemplo, a dificuldade é bem notável na intercompreensão e na coerência, percebe-se que na resposta revela falta de presença de requisitos coesivos e a permanência na articulação das ideias como condição da intercompreensão e da coerência. Esta ausência de uso de requisitos que satisfaz a coerência e que dá cunho a intercompreensão fez com que o texto não seja coerente.

Gráfico 2: Informantes com mais de seis meses no Brasil



No segundo gráfico, mostra que nos dez informantes com mais de seis meses no Brasil, há menos problema na intercompreensão, na coesão e na coerência, visto que estes dez informantes já estão no ambiente de imerso que tanto facilita, ou seja, ajuda muito no processo de aprendizado de uma nova língua, segunda língua. Uma vantagem que os informantes com menos de seis meses no Brasil não têm. Por exemplo, na L. F1 a resposta de primeira questão (Qual a importância da língua portuguesa em sua vida?):

L. F1 É muito importante uma vez que nos ajude a compreender, a saber escrever a interação com os das outras nacionalidade, através dele conseguimos entender o que é que os outros falam. Se nao fosse por ele aqui na unilab nao haveria interligação com diferentes nacionalidades.

Houve uma melhoria no processo de intercompreensão nesse aluno, contudo com um pouco de dificuldade na coesão nas interfrasais, isto é, no uso inadequado de substituição, falta de concordância com pronome com o termo substituído.

No exemplo a seguir, na L. FL. F1(Como você aprendeu a falar português?):

L. F1 Aprende a falar na escola

Contanto que a resposta não fosse longa, mas não retirassem da frase alguns elementos que possamos analisar. Na frase percebe-se a deficiência na intercompreensão na coesão e na coerência, uma vez que a resposta não adequa com a questão, porquanto de acordo com a pergunta exige que a resposta estivesse na primeira pessoa do singular.

Para informante dois, podemos constar no exemplo a seguir, na L. F2 (Qual é a importância da língua portuguesa em sua vida?):

L.F2 A língua portuguesa como qualquer outra língua tem muita importância na minha vida, porque me permite comunicar com pessoas que não são da minha nacionalidade e que falam português, *no entanto* me facilita na comunicação.

No exemplo acima, espelha-se uma melhoria na intercompreensão, na coesão e a falta da coerência entre frases, posto que haja uma colocação indevida de conjunção adversativa que acabou por quebrar com a continuidade da ideia ou criar uma contradição nas informações.

Nesse uso inadequado de conjunção é o reflexo de ensino descontextualizado da gramática normativa no ensino guineense, onde a gramática é ensinada fora de uso real da língua por meio de enorme lista de palavras para que o aluno memorize, esse ensino mecânico de língua portuguesa contribui muito na dificuldade dos estudantes guineenses na língua portuguesa.

No exemplo da L. F2 (L.F2 Como você aprendeu a falar português?):

L.F2 Aprendi a língua portuguesa na escola, não muito cedo, porque até em sala de aula falava crioulo com colegas, exceto com o professor, era proibido falar crioulo dentro e fora (recinto escolar) da sala de aula.

O fenômeno averiguado aqui é o problema na intercompreensão que torceu a conformação da resposta com a pergunta, como se fosse o local que foi perguntado.

No L.F3 (Como o crioulo interfere na aprendizagem da língua portuguesa?):

L.F3 O crioulo se interfere na aprendizagem da língua portuguesa de seguinte maneira; por exemplo nós Guineenses abitamos falar Crioulo mesmo na turma, as vezes a pessoa ao explicar uma coisa ou melhor falar com colegas essa pessoa fala o crioulo ai torna difícil compreender.

Este problema apresentado na coesão tem a ver com falta de gêneros e marcação de número nas línguas étnicas e o crioulo da Guiné-Bissau, sendo assim, prejudica a escrita desses alunos.

A melhoria na intercompreensão dos alunos com mais de seis meses no Brasil aconteceu devido ao contato diário com a língua e a cultura que esses alunos têm vivido, pois o ambiente de imersão tem um papel constitucional e influenciador no processo de aprendizagem da língua alvo. Porque a imersão é o contato diário com a língua, ou seja, vinte e quatro horas tendo contato com a língua, isso que aconteceu com os estudantes com mais de seis meses no Brasil, esses passam quase todo tempo tendo contato com a língua portuguesa, na sala de aula, no recinto da universidade e em casa através dos colegas, textos e TV, esses alunos vivem português brasileiro todos os dias e fazem suas coisas no ele, deste modo com constante contato com a língua a tendência é de melhorar as suas dificuldades. Por exemplo, se a pessoa for para o supermercado obrigatoriamente tem que usar português, no transporte, shopping, cinema, praia, universidade ou em qualquer lugar público, imperativamente, vai a usar português, esse uso ou contanto frequente com português faz com que a pessoa supera as suas dificuldades.

Contato rotineiro com a língua faz com que a pessoa cresce, supera suas dificuldades na língua e passa a fazer as coisas que ela fazia na sua língua materna na língua que a aprende, visto que, ela convive com a língua todos os dias.

Em tal situação, o ambiente de imersão respalda muito na ampliação do acervo e do repertório de nova língua, porque a pessoa não está no seu ambiente de conforto, não obstante no espaço ou mergulhado na outra esfera e com praxe vai tornar se quase igual a quem já tivesse vivido há muito tempo ou abrolhado nesse círculo.

Esse privilégio que os alunos com mais de seis meses no Brasil tem, os de com menos de seis meses não o têm devido o ambiente onde estão vivendo diariamente em contato com outras línguas, à vista disso a tendência é de apresentar mais dificuldades em relação aos que fizeram mais tempo aqui no Brasil.

Os estudantes com menos de seis meses no Brasil apresentam mais dificuldade, porque suas interações no seu dia a dia aconteciam por meio das línguas étnicas ou crioula, desta forma, o crescimento na língua guaise não é bem eficiente igual a quem passou tempo tendo contato com a língua diariamente.

Por ter saído num ambiente predominantemente pelas outras línguas, onde seus usos corriqueiros são por meio dessas línguas, apresentam uma enorme dificuldade no processo de intercompreensão no primeiro momento, devido um nível precário de língua e novos

vocabulários e expressões estranhas a eles ou que estão tendo contato. Essa dificuldade de intercompreensão acaba por afetar a coesão e a coerência desses alunos no ato da produção de seus textos e fazendo lhes a responder inadequadamente nas provas, posto que não percebiam enunciados das provas, igual o que aconteceu nas repostas dos questionários que aplicamos aos nossos informantes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados demonstram que, na análise comparativa entre os aspectos linguísticos que prejudicam a coesão e a coerência no português dos estudantes guineenses nos seus primeiros momentos no Brasil, destacando a intercompreensão, a coesão e a coerência, através da escrita acontece de forma desequilibrada os resultados entre os dois grupos dos alunos, isto é, os com mais de seis meses no Brasil e os com menos de seis meses no Brasil.

Tal fato é motivado ou causado: a) pelo ensino de língua portuguesa como a língua materna dos alunos guineenses; b) pelas influências que o crioulo e as línguas étnicas que são línguas materna de maioria destes alunos exercem no seu português, pois estas línguas não têm marcação de número e gênero, fenômeno notório na fala de quase todos os guineenses; c) pelos materiais didáticos usados para ensino de português que não contempla o perfil do estudante guineense, tendo ele português como a sua segunda língua (L2), o material é para o aluno que tem português como a sua língua materna; d) pela má qualidade de formação dos professores de língua portuguesa; e) pelas greves cíclicas na educação; f) pela má estruturação das escolas; g) pelo ensino descontextualizado da gramática normativa e da escrita; h) pelo uso frequente de língua crioula nas escolas, assim como nos outros ambientes fora da escola. Tudo isso deixou um enorme vazio no uso de língua portuguesa.

Para Cruz (2013), o aluno guineense deve ser ensinado português como sua língua estrangeira, visto que, este não é a sua língua materna e o seu processo de ensino deve ocorrer como o da língua estrangeira, embora o seu processo fora de sala de aula é diferente ao da língua estrangeira, devido aberto de *input* que ocorre fora de sala de aula.

Antunes (2005) afirma que não tem sentido ensinar aos alunos uma enorme lista das palavras fora do seu uso real, ou seja, fora do seu contexto de uso, mas dentro do seu contexto. Oliveira (2010) afirma a mesma coisa.

Ainda Antunes vai argumentar numa das entrevistas que a gramática normativa que tida como a língua para professores de língua portuguesa dentro de sala de aula não é a língua, a língua é um conjunto de repertório e acervo lexicais e vocabulários onde a gramática faz parte, e no seu uso é que entra a gramática para ajudar na seleção das palavras que vai se usar, portanto, a gramática não é a língua, entretanto faz parte da língua também.

Com base nas seguintes questões: Qual a importância da língua portuguesa em sua vida? Como você aprendeu a língua portuguesa? Aprendi a língua portuguesa na escola com grande esforço sobretudo através dos Como o crioulo interfere na aprendizagem da língua portuguesa?

Por que você tem dificuldade de compreender e escrever em língua portuguesa? que aplicamos aos alunos com mais de seis meses e os com menos de seis meses, percebemos que os problemas acima destacados, são resultados de falta da coesão e da coerência no português dos alunos guineenses nos seus primeiros momentos no Brasil, porque o ensino da doutrina gramatical tradicional, levam os alunos a conhecer nomenclatura técnica e aprender as definições faz com que maioria dos estudantes guineenses chegam Brasil com enorme dificuldade, isto é, na coesão e na coerência. Para Bagno (2002, p. 49), este tipo de ensino trata-se, portanto de um verdadeiro absurdo, um crime pedagógico, um desperdício enorme de tempo e de esforço na tentativa de ensinar coisas absolutamente irrelevante e sem nenhuma utilidade prática objetiva.

A limitação do ensino de língua ao mero ensino da gramática é um tanto prejudicial que não deve ter lugar na sala das escolas guineenses, devido ao seu prejuízo no processo de aprendizagem de língua portuguesa, sobretudo, por estar vinculado a memorizar lista de palavras e construir frases soltas fora do seu real contexto de uso.

O português é a língua oficial, língua da política e do ensino na Guiné-Bissau, língua segunda para maioria dos estudantes guineenses, portanto o seu ensino, os materiais didáticos usados para o seu ensino devem refletir a necessidade destes estudantes, pois estes não o têm como a sua primeira língua. Hoje, na Guiné, os materiais didáticos de língua portuguesa são tidos como inalteráveis. Entretanto, todos os materiais de língua portuguesa devem ser revisados e alterados periodicamente, porque a língua não é algo estático e uniforme, mas é um fenômeno que sofre alterações em cada dia, portanto todo o material usado para o seu ensino tem que ser atualizado. A língua não deve seguir a gramática, mas é a gramática seguindo a língua.

Um outro fator que deve ser levado em consideração é a formação precária dos professores. A formação dos professores deve contribuir para dissipar todo ensino solto de gramática, ensinar português como língua materna para estudantes guineenses, a formação dos professores deve ter um grande foco na prática pedagógica e na pesquisa sobre a língua para poderem ampliar seus conhecimentos sobre a linguística.

De momento todos os professores devem ter uma formação de qualidade para poder ser capaz de assumir e responder a sua função dentro de sala de aula, também devem ter uma formação na língua portuguesa como língua adicional, ou seja, como a segunda língua, sendo assim, ensino de língua portuguesa vai ser melhorado no país.

Deve ter uma política linguística para ensino de língua portuguesa na Guiné-Bissau, só assim que se pode superar as dificuldades no ensino de língua portuguesa. Estado guineense deve ter o setor educação nas suas primeiras prioridades, criando condições necessárias para boa formação dos professores e dos alunos.

O Ministério da Educação da Guiné-Bissau através das escolas deve avaliação a situação dos alunos anualmente, levando em consideração a situação dos seus alunos e natureza de turmas, pois as turmas das escolas guineenses são compostas dos alunos que vieram da zona rural que pouco têm contato com o crioulo e muito menos com o português e os que são da zona urbana que mais ou menos têm um pouco de contato com português em relação aos estudantes de zona rural, portanto esta situação de dois tipos de alunos deve merecer uma profunda preocupação das escolas guineenses, porque so assim que a escola pode na realidade fazer um trabalho eficiente nos seus alunos.

Outro fator que deve merecer a preocupação do Ministério da Educação da Guiné-Bissau é formação dos professores na língua portuguesa como a segunda língua, porque português sendo a nossa língua oficial não é a língua matéria de maioria dos alunos guineenses, portuguesa o seu ensino deve ser abordado igual à do português como língua segunda para os estudantes guineenses.

As avaliações dos alunos devem ser constantes no ensino guineense para melhor respaldar estes alunos a melhoria dos seus níveis de proficiência na língua portuguesa. As escolas não devem silenciar se nesta tarefa, ainda que seja dura e dolosa, entretanto é muito fundamental, pois contribui muito no aprimoramento de nível dos educandos e também permite a escola, a saber, melhorar os seus materiais didáticos com base na realidade vivida pelos alunos.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Irlandé. **Lutar com palavras**: coesão e coerência. São Paulo: Parábola, 2005.
 _____. **Aula de português**: encontro & interação. São Paulo: Parábola, 2003.
- AZEVEDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Publifolha, 2014.
- BAGNO, Marcos; GAGNÉ, Gilles; STUBBS, Michael. **Língua materna**: letramento, variação e ensino. São Paulo: Parábola, 2002.
- BARBOSA, José Augusto. Língua e desenvolvimento: o caso da Guiné-Bissau, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10451/18319>>. Acesso em: 20 nov. 2017.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris et al. (Org.). **Por que a escola não ensina gramática assim?**. São Paulo: Parábola, 2014.
- CÁ, Virgínia José Baptista. Língua e ensino em contexto de diversidade linguística e cultural: o caso de Guiné-Bissau, 2015. Disponível em:
 <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD9XCK5W/disserta___o___virg___nia___vers___o___final___15_04_2015.pdf?sequence=1>. Acesso em: 07 ago. 2017.
- CARIOCA, Cláudia Ramos. As funções sociais da língua e as políticas de difusão do Português no Timor-Leste, 2016. Disponível em:
 <<http://www.scielo.br/pdf/delta/v32n2/1678-460X-delta-32-02-00427.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2017.
- CARVALHO, Gislene Lima. **Unidades fraseológicas no ensino de português língua estrangeira**: os últimos serão os primeiros, 2011. Disponível em:
 <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/5857>>. Acesso em: 20 nov. 2017.
- CAVALCANTE, Mônica Magalhães; CUSTÓDIO FILHO, Valdinar; BRITO, Mariza Angélica Paiva. **Coerência, referenciarão e ensino**. São Paulo: Cortez, 2014.
- CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2012.
- CEBERIO, María Elena. Evolución de las capacidades intercomprensivas en lenguas romances de estudiantes de la UNRC, participantes en sesiones de Galanet. **Redinter**, 2011. Disponível em:
 <<http://www.didacticale.unlu.edu.ar/sites/www.didacticale.unlu.edu.ar/files/site/ARTICULO%20CEBERIO%20%282%29%20Redinter.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2017.
- CRUZ, Abdelaziz dos Reis Vera. Abordagem Comunicativa – Enfoque na Competência Oral na Língua Segunda. Caso da Guiné-Bissau, 2013. Disponível em:
 <<http://hdl.handle.net/10216/70677>>. Acesso em: 26 jul. 2017.
- CUNHA, Maria Jandyra Cavalcanti. O Português para falantes de outras línguas: redefinindo tipos e conceitos. In: ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de; CUNHA, Maria Jandyra

Cavalcanti. **Projetos iniciais**: em português para falantes de outras línguas. São Paulo; Brasília: Pontes; EDUnB, 2007.

FARACO, Carlos Alberto; MANDRYK, David. **Língua portuguesa**: prática de redação para estudantes universitários. 12. ed. rev. e ampl. Petrópolis: Vozes, 2008.

FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristovão. **Oficina de texto**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

FÁVERO, Leonor Lopes, ANDRADE, Maria Lúcia da Cunha V. de Oliveira; AQUINO, Zilda Gaspar Oliveira de. **Oralidade e escrita**: perspectiva para o ensino de língua materna. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FERREIRA, Maria de Lázarete Andrez, Contextualização e Intercompreensão na aula multicultural de PLNM, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10362/5255>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

GARCIA, Othon Moacyr. **Comunicação em prosa moderna**: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 27. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

GUIMARÃES, Eduardo. Conceitos linguísticos: língua franca. **Enciclopédia das línguas no Brasil**. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br>>. Acesso em 05 de abril 2017.

INTUMBO, Incanha. Guiné-Bissau: um retalho de línguas e culturas, 2004. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel66/IncanhaIntumbo.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2017.

LEIRIA, Isabel. Português língua segunda e língua estrangeira: investigação e ensino. Disponível em: <<http://aulaintercultural.org/2006/06/02/portugues-lingua-segunda-e-lingua-estrangeira-investigacao-e-ensino/>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

LEITE, Tarcísio de Arantes. Leitura e Produção de textos. Disponível em: <http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoBasica/leituraEProducaoDeTextos/assets/372/TEXTO_BASE_-_LPT_-_2010.doc.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2017.

NAMONE, Debana, A luta pela independência na Guiné-Bissau e os caminhos do projeto educativo do PAIGC: etnicidade como problema na construção de uma identidade nacional, 2014. Disponível em: <<file:///C:/Users/LIL%20BALACK/Downloads/000809907.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Coisas que todo professor precisa saber**: a teoria na prática. São Paulo: Parábola, 2010.

PEIXOTO, Camila Maria Marques; SOARES, Maria Elias. representações sobre o estatuto da língua portuguesa no dizer de estudantes guineenses, 2014. Disponível em: <<http://www.mundoalfal.org/CDAnaisXVII/trabalhos/R0635-1.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

ROQUE, Maria Serafina. Coerência e coesão textuais, 2012. Disponível em: <http://profserafina.weebly.com/uploads/1/6/6/2/1662499/coerencia_coesao.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2016.

SANTOS, Vinícius Gonçalves dos. Aspectos prosódicos do português de Guiné-Bissau, 2015. Disponível em: [file:///C:/Users/LIL%20BALACK/Downloads/2015_ViniciusGoncalvesDosSantos_VCorr%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/LIL%20BALACK/Downloads/2015_ViniciusGoncalvesDosSantos_VCorr%20(1).pdf). Acesso em: 27 jul. 2017.

SIMON, Maria Lúcia Mexias. **A Construção do texto**: coesão e coerência textuais - conceito de tópico, 2008. Disponível em: <http://www.mundogeomatica.com.br/Portugues/CD_DISCIPLINA/AULAS_TE%C3%93RICAS_AT/IT_03_A%20CONSTRU%C3%87%C3%83O%20DO%20TEXTOS_COES%C3%83O%20COER%C3%84NCIA%20TEXTUAIS.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2017.

SOUSA, Socorro Cláudia Tavares de; SOARES, Maria Elias. Um estudo sobre as políticas linguísticas no Brasil, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/15948/1/2014_art_sctsousamesoares.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2017.

SOUTO, Mauren Vanessa Lourenço et al. Conceitos de língua estrangeira, língua segunda, língua adicional, língua de herança, língua franca e língua transnacional, 2014. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/rph/ANO20/60SUP/RPh60-Supl-01.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

SPOLSKY, Bernard. Para uma teoria de políticas linguísticas. **ReVEL**, vol. 14, n. 26, 2016. Tradução de Paloma Petry. Disponível em: <<http://revel.inf.br/files/f69d74cdefbd9c6efb801010f2ac8b13.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

TAVARES, Clara Ferrão; OLLIVIER, Christian. Apresentação. In: **Redinter**: conceito de intercompreensão: origem, evolução e definições, 2010. Disponível em: <http://redinter.eu/web/files/revistas/5REDINTER_intercompreensao_1.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2017.

APÊNDICE

INFORMANTE ____ / ____ / ____

1) Qual a importância da língua portuguesa em sua vida?

2) Como você aprendeu a língua portuguesa?

3) Como o Crioulo interfere na aprendizagem da língua portuguesa?

4) Por que você tem dificuldade de compreender e escrever em língua portuguesa?
